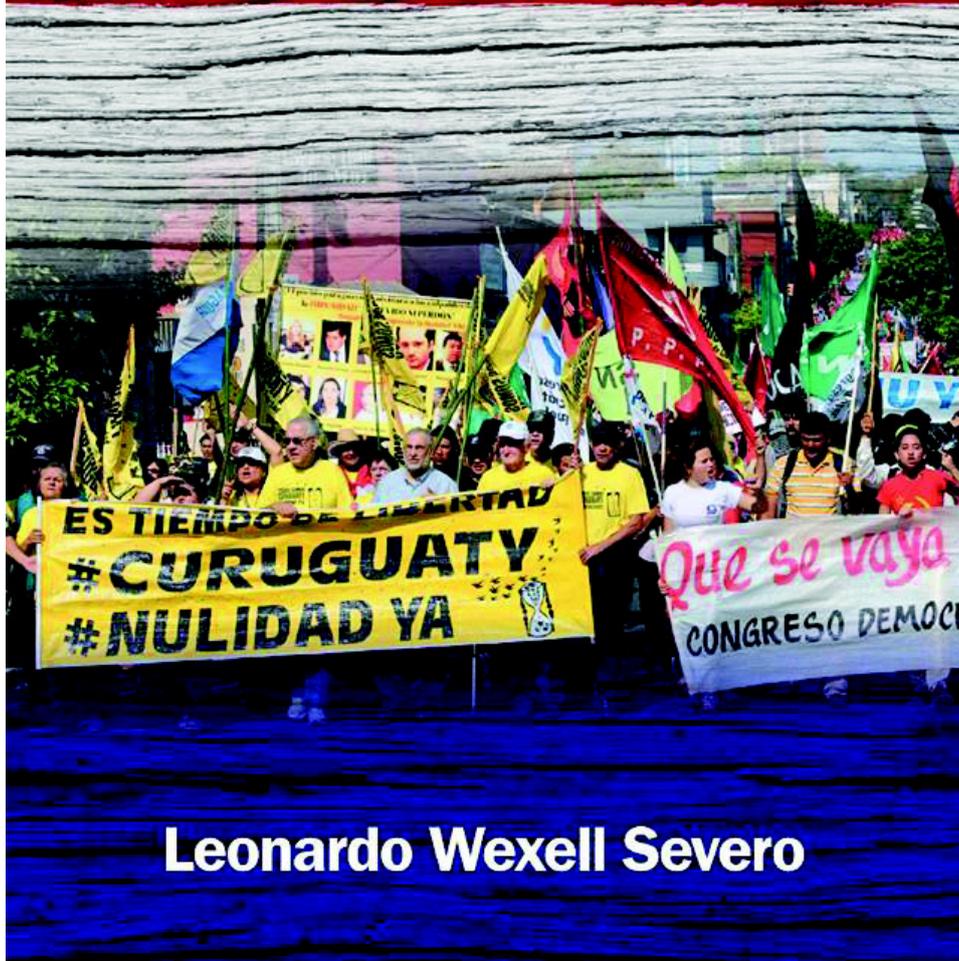


CURUGUATY

O combate paraguaio por
Terra, Justiça e Liberdade



Leonardo Wexell Severo

Leonardo Wexell Severo

CURUGUATY

**O combate paraguaio por
Terra, Justiça e Liberdade**

1ª edição

São Paulo
2018
Papiro Produções

Este livro é uma publicação da Editora Papiro
papiroproducoes@hotmail.com
(11) 3571.7978

Capa e contracapa:

Maria Dias

Fotografias:

Leonardo Wexell Severo

* Todas as demais estão identificadas

Revisão:

Monica Fonseca W. Severo, Valdo Albuquerque e Vanessa Paixão

Primeira edição - Março de 2018 - 2 mil exemplares

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Severo, Leonardo Wexell, 1965-
Curuguaty : o combate paraguaio por terra, justiça
e liberdade / Leonardo Wexell Severo. -- 1. ed. --
São Paulo : Papiro Produções, 2018.

ISBN 978-85-64392-06-9

1. Assentamento rurais - Curuguaty (Paraguai)
2. Composeses - Paraguai 3. Conflitos agrários
4. Golpes de Estado 5. Mídia e política 6. Movimentos
sociais 7. Paraguai - Política e governo 8. Reforma
agrária I. Título.

18-14328

CDD-070.44932

Índices para catálogo sistemático:

1. Caso Curuguaty : Artigos Jornalísticos :
Jornalismo político 070.44932

“Yo pregunto a los presentes
si no se han puesto a pensar
que esta tierra es de nosotros
y no del que tenga más.
Yo pregunto si en la tierra
Nunca habrá pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den.
A desalambrar, a desalambrar!
que la tierra es nuestra,
es tuya y de aquel,
de Pedro, Maria,
de Juan y Jose”

Daniel Viglietti, A desalambrar

“Lembrem-se que cada um de nós, sozinho,
não vale nada. Sobretudo, sejam sempre capazes de
sentir profundamente qualquer injustiça cometida
contra qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo.
Esta é a qualidade mais linda de um revolucionário”.

*Ernesto Che Guevara, na carta de
despedida aos seus filhos*

“Mientras me dure la vida creo
Que habré de andar con los mismos sueños
Y aunque me quedan no pocos miedos
Ni así me muevo de lo que soy
Busco mirarme en los parecidos
Y hombro con hombro con ellos sigo
Amando el cielo que compartimos,
Créanmelo”

Teresa Parodi, Con el alma en vilo

Paraguay pu

Mi país, mi país que duerme
el sueño profundo de quien no sabe lo que se pierde.
Mi país, mi país que canta
para así olvidar toda esa desidia y desesperanza.

Duele Paraguay verte aletargando en el desencanto
de un sueño que nunca llega.

Mi país, mi país incierto
perdido en la vieja postal de terraplén y encierro.
Mi país, mi país desierto
terco, ensimismado luchando contra enemigos muertos.

Duele Paraguay verte sumido en el dolor de antaño
de una queja que no acaba.

Nuestro es el camino por andar
fluye la sangre, no queda más,
ya no hay fantasmas que buscar
mientras se hace tarde.

Mi país, mi país ausente
mientras gira el mundo aquí nadie sabe lo que se siente.
Mi país, mi país que llora
sobre lágrimas de más lágrimas de tristes historias.

Duele Paraguay verte tragando tu mismo veneno,
nación que nunca despega.

Nuestro es el camino por andar,
fluye la sangre, no queda más,
ya no hay fantasmas que buscar
mientras se hace tarde.

Hugo Ferreira

DEDICATÓRIAS E AGRADECIMENTOS

Aos meus netos Alan e Lua, ao meu sobrinho-neto Gustavo, e aos meus filhos Mateus e Rebeca, para que lutem e perseverem no caminho da verdade e da justiça, única forma de tornar possível a construção da Pátria livre, da América integrada a uma Humanidade justa e socialista;

À minha companheira Monica, pela parceria certa no antes, durante e depois das mais incríveis turbulências;

Ao meu mano Leandro Severo e à cunhada Mirlene, símbolos de coerência, paixão e retidão revolucionárias;

Ao meu irmão Luciano Severo, pela força do estímulo e apoio;

Aos meus pais, Alcione e Vilácia, por exemplos e ensinamentos;

Aos meus sobrinhos André, Camilo, Camila, Clarinha, Gabriela, Eduardo e Isabela, pela intensidade do amor;

Aos meus tios Cau, Vera, Sílvia, Ésio e Linda, pela energia;

À dona Albany, à Cris e ao Ricardo, que somam brilho à nossa grande e fraterna família;

Ao Valdo e à Eliane Albuquerque, companheiros de fibra;

À memória da amada Renata Bianco, ao camarada Maurão e aos seus frutos Guilherme e Pedro;

Aos queridos parceiros Siderlei e Geni de Oliveira, Alexandre Bento, Sezário Silva e Luzineide Brandão, Nathaniel Braia, Antônio Pimenta, Susana Santos, Mirtes Reis, Nicolás Honigesz, Guillermina Kanonnikoff e Ana Bella Vera, pelas contribuições que tornaram este livro possível;

Ao João Antonio Felicio, braço fraterno e solidário;

Ao João Franzin e ao Robson Gazzola, amigos para sempre;

Aos jovens guerreiros da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP);

Aos aguerridos dirigentes e militantes da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo);

Aos camponeses de Curuguaty, aos seus familiares e a todo o povo paraguaio que, enfrentando com altivez e coragem a covardia e a prepotência, abrem caminho à vitória final.

Fatos notoriamente falsos contra os camponeses de Curuguaty 15*10 de agosto de 2016***Manifestantes ampliam pressão pela libertação dos presos políticos 30***19 de junho de 2017***“Alvo do massacre sempre foi a reforma agrária” 36***16 de agosto de 2016***Guido Alcalá e as “Lições da infâmia” 43***11 de janeiro de 2018***Assassinato de 8 soldados busca encobrir corrupção no alto mando militar 45***1º de setembro de 2016***Terrorismo de Estado mata e prende opositores 49***4 de abril de 2017***Desgoverno aprofunda submissão ao estrangeiro e alastra miséria 55***23 de junho de 2017***Casamento de inocentes presos reforça movimento solidário 59***5 de agosto de 2017***Camponeses são vítimas de “aberração jurídica” 65***13 de outubro de 2017***Pai Oliva reitera a inocência dos camponeses 69***17 de outubro de 2017***Gravações comprovam uso do Ministério do Exterior para roubar 72***16 de janeiro de 2018***Deputada pleiteia Anistia 77***6 de fevereiro de 2018***Some-se à campanha de solidariedade 80**

PREZADO LEITOR

Esgotada a primeira edição do meu livro “Curuguaty, carnificina para um golpe - O povo paraguaio em luta pela democracia e a soberania”, me encontrei frente a um dilema. Na publicação anterior, havia sistematizado o que vi e ouvi ao longo dos anos em que participei como Observador Internacional do caso no Tribunal de Justiça de Assunção, nas marchas, protestos e dezenas de encontros, para denunciar uma brutal injustiça. Agora, era preciso calibrar a pontaria para contribuir na campanha pela libertação imediata das vítimas, fortalecida com o recente projeto de Anistia.

Como atualizar, de forma simples e direta, o trabalho de denúncia feito em mais de meia década sobre o que ocorreu em Marina Kue, Curuguaty, em 15 de junho de 2012? Como ampliar a indignação diante do sangrento confronto provocado por mercenários franco-atiradores naquele pequeno acampamento, que levou à morte de seis policiais e 11 sem-terra e, em decor-



Solidaridad PY

Mar de solidariedade aos camponeses toma Assunção

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

rência do acontecido, à deposição do presidente Fernando Lugo uma semana depois? Como auxiliar, com mais eficiência, para fortalecer a rede de solidariedade aos camponeses



Senhora exhibe cartaz reproduzindo fotografia real do juiz Ramón Zelaya algemado pelo braço direito

presos, vergonhosamente sentenciados a penas de até 35 anos de cárcere? Como impedir que se perpetue esta terrível barbárie, cometida contra seres humanos cujo único “crime” foi o de lutar pela reforma agrária e conquistar uma terra para plantar e colher? Como não condenar o atropelamento do rito processual pelo juiz Ramón Zelaya, cujo patrimônio registrou um “extraordinário crescimento” pelas relações promíscuas com narcotraficantes e setores que dominam o negócio ilegal na fronteira, como reconhece até mesmo a imprensa reacionária? Vale ou não lembrar a postura mais do que tendenciosa do promotor Jalil Rachid, cuja intimidade com a família de Blas Riquelme, que se diz proprietária da área em disputa, o fez ser nomeado vice-ministro da Segurança? Como não registrar que, nesse ministério, Jalil foi o chefe direto dos policiais, enquanto ainda faltavam ser ouvidas 80% das testemunhas? E o que dizer da influência da sua tia Leila Rachid, assessora do presidente Horacio Cartes na hidrelétrica de Itaipu?

Frente a tantos questionamentos, como ajudar a reforçar na robusta pauta dos movimentos sindical e popular, dos parti-



O ditador paraguaio Alfredo Stroessner (esq.) em Madri, na Espanha, em 1973, com o general fascista Francisco Franco. Em comum, a sangrenta e sinistra trajetória de execuções sumárias, torturas e desaparecimentos de opositores

dos progressistas do Brasil e do conjunto dos nossos países, a campanha pela libertação dos presos políticos e pelo encarceramento dos verdadeiros culpados?

É preciso exortar à reflexão sobre a execrável manipulação feita pelos conglomerados privados de comunicação contra a verdade dos fatos, em prol do latifúndio e das grandes empresas nacionais e estrangeiras. Então, como não denunciar a ação do grande capital por trás do manto de silêncio?

E o que dizer da participação norte-americana, com a presença das suas Forças Especiais *in loco* para treinar as tropas no combate à contrainsurgência, preparando o envio de soldados paraguaios à Colômbia e incentivando a “parceria” para a construção de bases estrangeiras? Sobre este ponto em especial, é esclarecedor o recente “acordo” anunciado pelo governo de Maurício Macri para a instalação, na Argentina, de uma base norte-americana na província de Misiones, na tríplice fronteira com Brasil e Paraguai. A receita de Washington é que abramos mão por completo da nossa soberania e passemos a fazer com



Soldados das Forças Especiais dos Estados Unidos chegaram em 2015 ao Paraguai. Em 2018, o presidente argentino, Maurício Macri, faz “acordo” para a construção de bases militares com os EUA na Tríplice Fronteira

que as Forças Armadas se dediquem - se possível, exclusivamente - a combater a banda do narcotráfico que não lhe atende. Ou a CIA pensa em apagar da memória coletiva o tráfico de ópio e heroína na China, com que impulsionava os anticomunistas do Kuomintang na luta contra o exército popular de Mao Tsé-Tung? Os EUA querem simplesmente fazer desaparecer as montanhas de cocaína com que financiaram e armaram os “contras”, no enfrentamento aos sandinistas na Nicarágua?

E o papel “prostituído” de um parlamento e de um judiciário completamente corrompidos, caninamente adestrados ao poder por anos de submissão à ditadura pró-ianque de Alfredo Stroessner (1954-1989), conforme denunciaram líderes sociais e intelectuais? O que dizer da ira de um povo que fez seu Congresso anti-Nacional arder no massivo repúdio a um presidente



Rubén Villaba (condenado a 30 anos de prisão e mais cinco por “medidas de segurança”); Luis Olmedo (condenado a 20 anos); Arnaldo Quintana e Néstor Castro (18 anos), Fanny Olmedo, Lucía Agüero e Dolores López (6 anos); Alcides Ramírez, Felipe Benítez, Alberto Castro e Juan Carlos Tillería (4 anos), libertados após cumprirem a pena

megaempresário, formado e formatado nos EUA? E da repulsiva invasão da sede do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), onde foi assassinado covardemente a tiros - e pelas costas - um jovem militante? Ou ainda da cruel perseguição, prisão e morte de opositoristas convertida em política de Estado?

Alguém já disse que não estamos aqui para reclamar, mas para transformar. E nossa resistência é de combate, para ir além do denunciamento e congregar, partir para arrancar as ervas daninhas com que uma minúscula elite parasitária busca contaminar o vigoroso desabrochar das futuras gerações.

Para evitar que avancemos caminho rumo à primavera, há toda uma carcomida estrutura política e ideológica, sustentada por uma mídia perversa, que destila desinformação e alienação 24 horas por dia, nos 365 dias do ano. O objetivo é embaralhar a nossa visão para que percamos o foco, nos abstenho, nos anestesiando ou nos deixando abater pelo festival de lixo e misérias com que infectam o cotidiano.

Evidentemente, assim não são as lutas que ganham as manchetes dos jornais, nem o horário nobre dos conglomerados de rádio e televisão, mas as trágicas e mais do que dolorosas consequências de um sistema capitalista, dependente, decadente e putrefato, que ainda ousam propagandear como imutável.

Nos dias em que os paraguaios lembravam com vibrantes



manifestações os cinco anos da carnificina de Curuguaty, as reportagens desviavam o olhar. Destacavam a loucura de mães desesperadas diante de inomináveis tragédias pessoais. Uma senhora que, após acionar a seguradora do carro pelo desaparecimento do veículo, recebeu o corpo do filho, cravejado de balas, confundido com o ladrão. Outra que, enlouquecida, se desfez do bebê, recém-parido, jogando-o nas águas de uma lavadora de roupas.

Curuguaty, carnificina para um golpe, livro publicado em 2016



Paraguaios protestam contra os abusos do desgoverno de Horacio Cartes e ateiam fogo no Congresso Nacional

Como se gritasse para a história antecipando-se ao que ocorreu, o célebre jornalista argentino Rodolfo Walsh alertou em “Quem matou Rosendo”: “Para os jornais, para a polícia, para os juízes, estas pessoas não têm história, têm prontuário; não os conhecem os escritores nem os poetas; a justiça e a honra que lhes são devidas não cabem nestas linhas. Algum dia, no entanto, resplandecerá a beleza de seus feitos e de tantos outros, ignorados, perseguidos e rebeldes até o fim”.

**Es tiempo de JUSTICIA
TIERRA Y LIBERTAD
CURUGUATY**



Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade



Com 6,7 milhões de habitantes (2016), o Paraguai faz fronteira com o Brasil, a Argentina e a Bolívia. Marina Kue, Curuguaty, está localizada a 240 quilômetros da capital, Assunção, no departamento de Canindeyú

Este livro nasceu frente a tantos e tão descarados esforços dos vendilhões em embutir a descrença na nossa capacidade individual e coletiva de identificação com os demais para conquistar a nova realidade. Ele foi publicado em artigos e reportagens nos jornais Hora do Povo e Brasil de Fato, na Agência Carta Maior e na Revista Diálogos do Sul. Sem a parceria da nossa imprensa democrática e o apoio do Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (CPC-UMES), esta empreitada teria sido impossível.

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade é uma resposta contundente deste povo irmão, que se empenha em virar a página de submissão e subdesenvolvimento e construir um novo destino. Somando a seu lado, enfrentando os desafios da batalha pela verdade, uma modesta contribuição como amigo e companheiro nesta caminhada.

Boa leitura!

FATOS NOTORIAMENTE FALSOS CONTRA OS CAMPONESES DE CURUGUATY

O estupro jurídico praticado pela “Justiça” do Paraguai contra os 11 camponeses presos políticos de Marina Kue (terras da Marinha, em guarani), provocou a enérgica reação popular, assim como da equipe de advogados que desmontou a farsa em seu recurso de apelação especial.

A contundente denúncia de 108 (cento e oito!) fatos “notoriamente falsos” utilizados pelos acusadores demonstra como os sem-terra foram vítimas de um processo que atende unicamente aos interesses das transnacionais e do latifúndio. As penas de até 35 anos por “homicídio doloso”, “associação criminosa” e “invasão de imóvel alheio” a que foram submetidos estampam como o massacre de Curuguay serve tão somente para criminalizar a luta pela reforma agrária na nação guarani. Afinal, nem um único dos 324 policiais foi colocado no banco dos réus. Apenas as vítimas da ilegal ação de despejo.

Como sustenta a equipe de advogados, “todo o massacre foi consequência direta da negação da justiça por parte do Poder Judiciário, frente à usurpação de terras por um chefe político”. Ficou comprovado que o verdadeiro invasor foi Blas Riquelme, senador e ex-presidente do Partido Colorado, o mesmo de Alfredo Stroessner, cuja ditadura distribuiu ao menos oito milhões de hectares - um quinto das terras do país - a

“Todo o massacre foi consequência direta da negação da justiça por parte do Poder Judiciário, frente à usurpação de terras por Blas Riquelme”

apaniguados como o “empresário” em questão. Este foi o primeiro “disparo”, afirmam os advogados, condenando a decisão dos juízes “de defender usurpadores e burlar-se da lei e das vítimas da injustiça política e judicial”.

ANULAÇÃO DO JULGAMENTO

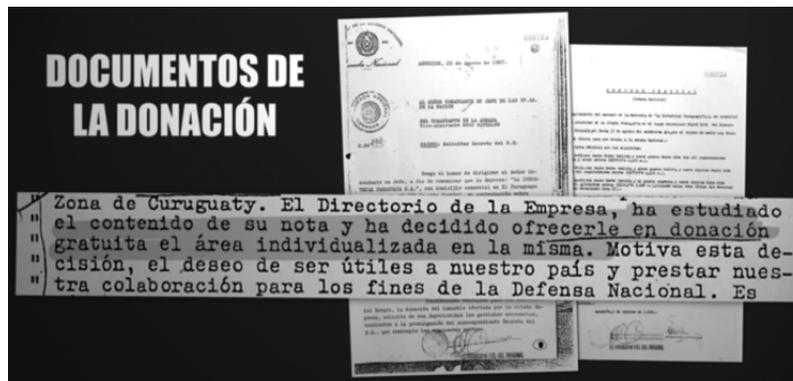
Pela anulação imediata do julgamento, reproduzimos abaixo as principais denúncias contidas na extensa lista de falsidades, certos de que a sua divulgação e conhecimento vão

A terra de Marina Kue é pública, pertence ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert), tendo sido declarada de interesse social para reforma agrária

dar ainda mais oxigênio à luta pelo restabelecimento da verdade e da justiça. Que se transformarem em realidade, reiteramos, com a anulação da farsa e a libertação dos prisioneiros políticos.

1. A terra de Marina Kue é pública, pertence ao Indert (Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra), tendo sido declarada de interesse social para reforma agrária, conforme decreto presidencial de 2004. Portanto, não é nem nunca foi da empresa Campos Morombi, da família de Blas Riquelme, como alega a Promotoria.

2. Não havia qualquer “ordem de despejo” contra os camponeses que ocupavam Marina Kue. A ordem da Justiça era para “averiguação” do local. A pretensa “ordem judicial para o abandono” é “uma grotesca mentira” sustentada pela Promotoria e veiculada pelos monopólios privados de comunicação, em sintonia com os latifundiários do país para pintar os sem-terra



A área de Marina Kue - terras da Marinha, em guarani - foi entregue à Armada pela Industrial Paraguaya (Lipsa), de capital anglo-argentino, em troca de isenção de impostos. Um destacamento militar ocupou o local entre 1967 e 1999, até a família Blas Riquelme avançar os seus tentáculos como “invasores” de uma propriedade particular. E justificar a verdadeira invasão: a policial.

3. É absolutamente falso que a defesa não tenha apresentado provas contrárias à montanha de mentiras apresentada pela Promotoria. “Se demonstrou, com documentos incontestáveis, que existiu uma autorização tácita para a permanência dos camponeses no lugar - pelo menos enquanto não se resolve, conforme a Lei - a recuperação da propriedade grilada por Riquelme por meio da Campos Morombi em julgamento fraudulento”.

4. A organização dos camponeses de Curuguaty (Comissão de Vizinhos Naranjaty) foi constituída de forma legal e organizada para lutar pela efetivação da reforma agrária. O próprio Indert, como órgão oficial responsável, havia manifestado publicamente esse reconhecimento.

5. É óbvia a completa impossibilidade dos camponeses terem permanecido “ocultos nas pastagens” para realizar a “emboscada”. “Pelo menos 100 testemunhas (efetivos policiais e

outros) atestaram e confirmaram que, minutos antes da intervenção, a zona foi sobrevoada por um helicóptero Robinson, equipado especificamente para a observação. Fez vários sobrevoos, em que também esteve o subcomissário Erven Lovera * - responsável pela ação e que veio a ser morto em solo -, que continuou a operação aérea com sirene e megafone durante a incursão policial. Teria sido impossível não ter observado entre as pastagens secas, a qualquer dos camponeses. A afirmação é absolutamente ridícula”.



Webzine DX

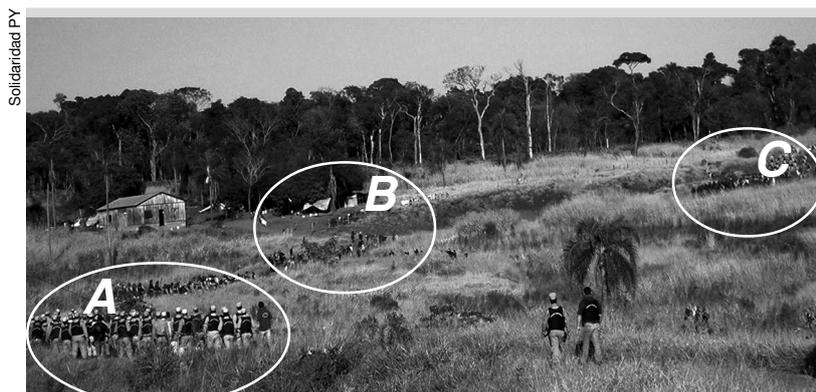
ABC Color

O helicóptero da polícia realizou vários rasantes, impossibilitando aos camponeses se manterem “ocultos nas pastagens” para fazer a pretensa “emboscada”

** Um dos comandantes da ação, Erven Lovera era irmão do tenente-coronel Alcides Lovera, chefe da guarda pessoal do presidente Lugo e “guarda-costas” do golpista Horacio Cartes. Para o advogado Victor Azuaga, Erven “conhecia o plano, mas não sabia que era parte dele. Temos um áudio em que Erven diz: quando dispararem do helicóptero, atiraremos aqui embaixo”. O exame de corpo de delito aponta para “tiros precisos de forma linear, em arma potente e de grosso calibre”, eliminando a possibilidade de participação dos camponeses.*

6. Nenhuma das mulheres processadas foi identificada pelas fotos ou filmagens realizadas antes ou durante o massacre, seja Lucía Agüero Romero, Maria Fany Paredes ou Dolores López Peralta. “Sequer foram identificadas pelas testemunhas. A única identificação positiva, real, realizada, foi de Lucía Agüero Romero, quando esta, acompanhada de um menor que havia resgatado, tentava sair do prédio de Campos Morombi, porém num momento posterior ao massacre”.

7. A farsa da “emboscada” e do semicírculo “em forma de U”. Para tentar justificar sua tese de que os camponeses teriam armado uma emboscada para os policiais, a Promotoria denun-



O CENÁRIO DA MATANÇA: **A** - Grupo policial liderado pelo subcomissário Erven Lovera e o comissário Miguel Anoni; 30 antimotins e 10 franco-atiradores da GEO (Grupo Especial de Operações) com armas de guerra encabeçavam a coluna; **B** - Lugar onde Lovera e camponeses, em número menor de 30, tentaram dialogar antes de serem atingidos por franco-atiradores; **C** - Grupo liderado por Elizardo Gamarra, composto por franco-atiradores da FOPE (Força de Operações Especiais da Polícia Nacional), GEO e GOE (Grupo de Operações Especiais), em número superior a 30 - e apoiados pela Polícia Montada (EPMont), também armada

ciou que a prova disso é que os corpos dos sem-terra mortos estariam em forma de U. “Não existiu nenhum semicírculo. Se houvesse existido, deveria constar na ata de análise dos cadáveres e não em uma reconstrução, onde a promotoria dispôs os corpos a seu bel prazer - e ainda assim, sem que tal posicionamento haja permitido desenhar um semicírculo, onde todos (ou pelo menos a maioria) dos corpos possam ser situados sobre a linha perimetral do suposto semicírculo desenhado. Não se fez menção a sinais de rigidez cadavérica, sangue e outras evidências, nem em que lugar foram atingidos pelos projéteis, quan-

SUBOFICIAL QUE PILOTAVA O HELICÓPTERO MORRE EM “ACIDENTE” ANTES DE DEPOR SOBRE CURUGUATY

Testemunha chave no processo de Curuguaty, o suboficial Marcos del Rosario Agüero, que pilotou o helicóptero da Polícia Nacional que sobrevoou o acampamento, morreu antes de ser ouvido pela Justiça. O helicóptero em que viajava sofreu um “acidente” no dia 14 de agosto de 2015 e o suboficial faleceu no local.

O acidente ganha aspas porque no dia 20 de junho de 2012, poucos dias após a carnificina, o comissário Roque Fleitas afirmou à imprensa que tudo podia ser esclarecido, pois a câmara do helicóptero da Polícia Nacional havia captado imagens em alta definição e que os pilotos seriam chamados a depor para colocar os pingos nos is.





324 policiais invadiram o acampamento: armas de grosso calibre, bombas de gás lacrimogêneo e todo tipo de aparato repressivo para enfrentar menos de 60 agricultores sem-terra

tos passos antes de cair. Também não existe o lugar exato de onde foram retirados os corpos dos policiais falecidos e, conseqüentemente, não existe um ponto de amarração, seja topográfico ou planimétrico com que se possa avaliar a distância dos supostos disparos”.

8. Nunca ocorreram os supostos disparos “escutados” por Erven Lovera contra o helicóptero. “Tanto o piloto como o copiloto do helicóptero coincidiram que é impossível escutar disparos, devido ao ruído produzido pelas hélices. Portanto, mentiram as testemunhas que disseram que Lovera disse algo a respeito ou mentiu o próprio subcomissário Lovera. Em todo caso, não existiu nenhum impacto na aeronave e tanto a acusação como a sentença sustentam que os camponeses haviam sido ‘treinados’ militarmente, que efetuaram ‘disparos com precisão’. Diante disso, a afirmação de que os disparos teriam sido ‘provados’ resulta simplesmente ridícula”.

9. A farsa das balas de borracha. “Não foi constatada uma única pessoa ferida com bala de borracha; não foi encontrada uma única bala de borracha; não há um único policial que haja testemunhado haver disparado com bala de borracha. Tanto a coluna de policiais que ingressou pelo Norte, comandada por Lovera, como a que ingressou pelo Sul, comandada pelo comissário Elizardo Gamarra, utilizaram diretamente armas letais de guerra, além de escopetas e pistolas 9 milímetros. Conforme ficou provado, e não como falaciosamente sustenta o Tribunal”. Sobre as instruções de que “se respeitaria os direitos

Todas as armas dos camponeses deram resultado negativo a disparos, mesmo na “perícia” realizada à revelia da defesa

humanos” - hipoteticamente dadas aos policiais - “foram meramente formais, para simular ante a pessoas estranhas presentes”. Este diálogo foi em frente às câmeras filmadoras, pois havia jornalistas no momento anterior à invasão. “Ninguém obedeceu a tais ordens. Uma vez iniciada a discussão, os policiais, aterrorizados, dispararam indiscriminadamente ante qualquer movimento (inclusive um cachorro saiu ferido) ou simplesmente se limitavam a se esconder”.

10. A existência de armas sem vínculo com os acusados não prova tentativa de homicídio. “Não se conseguiu estabelecer nenhuma ligação entre quaisquer das armas com quaisquer dos acusados. O mero fato de que o Ministério Público sequer tenha tentado levantar impressões digitais ou outro material que estabeleça algum vínculo entre alguma das armas (sejam brancas ou de fogo, foices, facões etc.) indica que estas foram plantadas e não estiveram na mão de nenhum dos acusados. Se deve provar que a pessoa acusada realmente disparou uma arma mor-



Acima, o corpo desarmado e o boné nas costas. Embaixo, a arma plantada ao lado - para incriminar - e o boné no chão



tal contra outra pessoa determinada. Ao não se estabelecer sequer tais nexos: arma com acusado, acusado disparando, disparando contra tal pessoa, com munição mortal, a teoria de ‘tentativa de homicídio’ se limita a uma mera especulação, uma invenção infundada. É ainda mais absurdo considerando que todas as armas dos camponeses deram resultado negativo a disparos, mesmo na ‘perícia’ realizada à reve-

lia da defesa - com exceção do revólver encontrado junto ao corpo de Adolfo Castro - onde tampouco se investigaram as

Curuguay, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

Não se investigaram as impressões digitais no revólver colocado junto ao corpo de Adolfo Castro

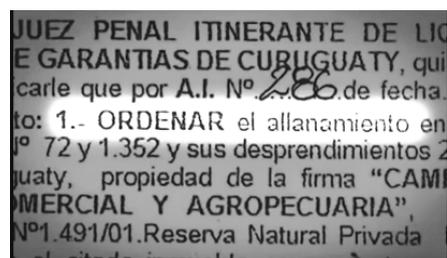
impressões digitais para ter certeza de que a arma não tenha sido plantada”.

11. Inversão do ônus da prova. “Se determina que Néstor Castro prove não ter participado ativamente do massacre. As perícias realizadas nas armas deram resultado negativo, assim como a prova de parafina. Ninguém viu Néstor entre os presentes ou com a arma na mão, disparando. Mas, pelo simples fato de haver sido ferido, se supõe, especula, presume, que ele tenha tentado matar alguém”.

“Qual participante de uma ‘emboscada’ se colocaria diretamente na linha de fogo?”

12. A pseudo “cumplicidade das mulheres”, sobre quem sequer conseguiram comprovar que estivessem no local. “Supostamente, pela presença de mulheres e crianças, a polícia haveria ‘baixado a guarda’, deixando de matar mais gente, mais camponeses, mais inocentes”.

13. Não se provou que a violência faça parte da concepção de Rubén Villalba - que segundo a acusação teria uma alta probabilidade de “cometer estes atos no futuro”. A violência está provada, pelo teste psicológico, mas não em relação a Villalba e sim em relação ao policial Herman Thomen, como está



escrito nos informes, tomo II, folhas 264 e seguintes: “se entre nós sair um ferido, do outro lado devem morrer 50; e se chegar a morrer um, do outro devem morrer 100. Com esta mentalidade estamos”.

A ordem de “averiguação” foi transformada em despejo ilegal



Armadilhas para bichos e poucas armas para caçar animais pequenos foram encontradas no acampamento. Apesar de não haver qualquer vínculo entre os dispositivos e as 17 mortes, a imprensa tentou forjar conexões inexistentes

14. A contradição absoluta: um “emboscador idiota”. “Se Erven Lovera chegou à zona onde se encontrava Rubén Villalba e logo foi atingido a partir dos lados, então Villalba evidentemente não foi o autor dos disparos. Ao contrário, uma vez que se encontrava exatamente na linha de fogo, no ‘flanco frontal’. Qual participante de uma ‘emboscada’ se colocaria diretamente na linha de fogo? Ainda mais um ‘emboscador’ tão covarde como o pintado pela promotora Lilian Alcaraz?”

“Neste despejo ilegal se assassinou e se queimou um acampamento para restituir a posse de um imóvel usurpado ao usurpador”

15. A própria sentença confirma que a polícia não invadiu o local para “averiguação”, mas com o objetivo de um despejo ilegal. “Desta forma, se acabou assassinando a 11 camponeses, *Curuguay, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade*

se queimou seu acampamento - sem nenhuma autorização judicial - e foi restituída a posse do imóvel usurpado ao usurpador”.

16. Não há qualquer “rigor científico” no julgamento. “Efetivamente todas as provas foram contaminadas: Os corpos dos falecidos foram movidos antes da inspeção médica. As armadilhas ‘caça-bobos’ somente foram ‘encontradas’ depois que o Ministério Público autorizou expressamente aos funcionários de Campos Morombi para que contaminassem e queimassem o lugar do massacre. Os corpos achados no dia seguinte foram

“Efetivamente todas as provas foram contaminadas. Os corpos dos falecidos foram movidos antes da inspeção médica”

descobertos por civis, já que os funcionários do Ministério Público - e os efetivos policiais que deveriam custodiar o local - brilharam por sua ausência. Não foi registrado como, em que lugar exato e em que posição, teriam sido encontradas as armas e as balas junto aos corpos caídos. Não foram respeitadas as formalidades da cadeia de custódia em relação a nenhum dos elementos apreendidos. Nenhuma das evidências ‘encontradas’ no dia dos fatos foi apurada nem registrada, conforme determinam as normas; as atas não registram o local exato onde foram achadas nenhuma das evidências. Também não foi inscrito o lugar exato e a posição exata na qual encontraram os corpos dos falecidos, nem se foram tocados, movidos ou não, antes de sua inspeção. A arma encontrada dias depois em frente a uma igreja de Curuguaty, introduzida no julgamento como se houvesse sido achada no lugar dos acontecimentos, também foi localizada e contaminada por civis [...]. Além disso, o Tribunal se ‘esquece’ de outro detalhe importantíssimo: a ocultação deliberada das pla-

cas radiográficas tiradas das vítimas policiais que, eventualmente, ante as notórias contradições entre os peritos, poderiam lançar alguma luz em relação à verdadeira causa da morte. Por exemplo, as características dos projéteis, se eram de arma de grosso calibre, como informou o fiscal forense de Curuguaty, ou balas de escopeta, como sustenta o perito fiscal de Assunção. Se foram disparos à queima roupa, como sustenta o forense de Curuguaty, ou se foram disparos à distância, como sustenta o forense de Assunção.

17. Não se provou que o primeiro caído tenha sido Erven Lovera - o que teria premeditado a intervenção policial. Supõe-se que o subcomissário tenha sido o primeiro porque as testemunhas, todas elas policiais, estão interessadas em condenar os camponeses. “Para cúmulo, estes mesmos policiais (uns 10) disseram que Lovera foi a primeira vítima e assinalaram como causa de sua queda os disparos recebidos de um revólver niquelado. E não de escopeta”.

O TRIBUNAL AGIU DE MÁ-FÉ

18. O Tribunal agiu de má-fé ao não esclarecer que as armas supostamente utilizadas pelos camponeses no massacre não foram disparadas recentemente, conforme exame balístico - afora o revólver niquelado, que deu um positivo parcial. “Estamos numa situação em que de sete armas, somente a arma curta foi disparada, o que demonstra que não houve reação dos camponeses. Se é que o revólver niquelado foi disparado por um camponês e não plantado por policiais ou funcionários da Campos Morombi. Os efetivos policiais evidentemente mentiram em relação a quem disparou e com que arma e não merecem crédi-

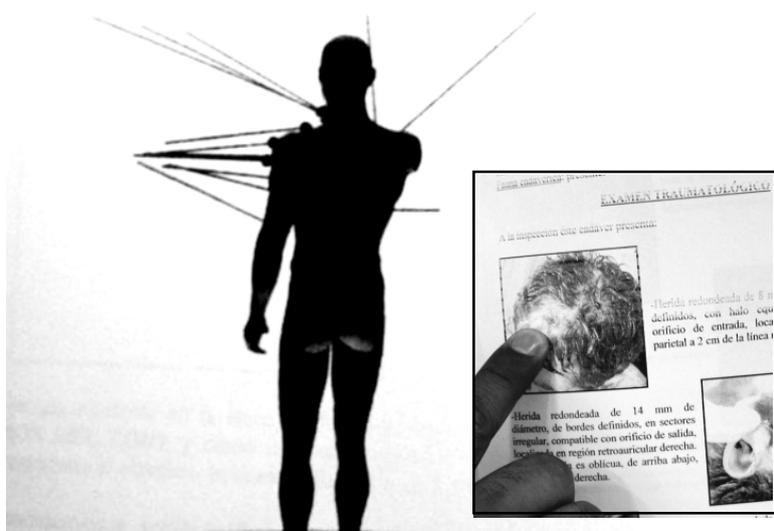
to algum. Os camponeses foram vítimas do tiroteio (da mesma forma que os policiais caídos), não autores, com exceção da pessoa que poderia ter utilizado o tal revólver niquelado. E a investigação parcial, unidirecional do órgão acusador e do Tribunal, é hoje motivo de preocupação da ONU e de vários governos no mundo inteiro”.

19. Sim, houve mal procedimento da polícia. “Afinal, em nenhum momento o subcomissário Lovera ou qualquer outra pessoa exibiu a ordem de averiguação ou entregou uma cópia a qual-



POLICIA NACIONAL *Comunicados*
DPTO. INVEST. DE DELITOS
Azara N° 967 - Telf. (021) 445-090
Asunción - Paraguay

Foja 22/26



Nos autos do processo, cuja balística foi concluída por um ginecologista, os tiros certos no alto do crânio foram desconsiderados. Há denúncias de que os primeiros disparos vieram do helicóptero. De outra forma, como em campo aberto as balas poderiam ter vindo tão do alto?



Imagens de vários policiais militares em posição de tiro com armas de grosso calibre dão razão a testemunhas

quer dos afetados. Tudo indica que a comitiva fiscal policial sequer levasse consigo a notificação. Depois do ocorrido, não fecharam o local, nem o protegeram de outras pessoas”.

“Franco-atiradores, com rifles de miras telescópicas, estavam a apenas 15 metros atrás da vegetação”

20. Foi confirmada a presença de franco-atiradores e de fuzis automáticos. “Testemunha chave, Herman Thomen declarou ao Tribunal sobre a presença de franco-atiradores no local. Vários policiais reconheceram que estavam armados e confirmaram ter disparado com armas automáticas, com rifles de miras telescópicas (durante o julgamento foram mostradas fotos de policiais com armas com miras telescópicas, apontando). Todos os membros do grupo especializado estavam protegidos a apenas 15 metros atrás da vegetação pelo Sul, armados com escopetas que dispararam, conforme provado no julgamento”.

MANIFESTANTES AMPLIAM PRESSÃO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS

“Camponês sem terra não é camponês. Queremos plantar feijão, mandioca e milho, para que todos tenham o que comer. Graças às pessoas que nos apoiam frente à injustiça, não conseguiram e nem conseguirão matar nossos sonhos. Nós somos presos políticos e queremos que vocês sejam nossos porta-vozes”.

A carta-exortação dos camponeses de Curuguaty presos em Tacumbú, em Assunção, foi lida em meio às lágrimas, no dia 15 de junho de 2017, em frente ao Palácio de Justiça, pela jovem Ramona González, esposa de Néstor Castro, que após ter levado um tiro no rosto e ficar com a mandíbula dilacerada durante meses, foi condenado a 18 anos de reclusão. Ao lado de Ramona, Karina Godoy e a pequena Alma Vitória - esposa e filha de Arnaldo Quintana, também com pena de 18 anos - expressavam o respaldo das famílias à luta por “Terra, Justiça e Liberdade”.

O 15 de junho também marcou o quinto aniversário da carnificina na estrada que leva a Marina Kue. O estilo do morticínio foi exatamente o mesmo utilizado pela CIA na tentativa de golpe contra o presidente Hugo Chávez, na Venezuela, 10 anos antes, quando se assassinaram governistas e opositores para derrubar o governo nacionalista. Em Curuguaty, balas certeiras mataram o interlocutor militar e alguns dos seus su-

Néstor Castro, após ter levado um tiro no rosto e ficar com a mandíbula dilacerada durante meses, foi condenado a 18 anos



Juventude encena peça em frente ao Tribunal de Justiça

bordinados, bem como lideranças sem-terra que iniciavam a negociar em campo aberto. Na gravação disponível se ouvem armas automáticas precipitando o tiroteio. O cerco e o circo midiáticos, apoiados por um judiciário e um parlamento completamente apodrecidos, redundaram na deposição de Fernando Lugo uma semana depois.

No Tribunal, os advogados Jorge Bogarín e Raúl Caballero entraram com recursos contra o estupro jurídico movido pelo governo Cartes, manifestantes condenaram os “escribas e fariseus”, defenderam “liberdade aos presos por lutar” e “reforma agrária, urgente e necessária”.

Em 150 páginas, a defesa demoliu um a um os eixos da acusação, expondo sua completa falta de fundamentação, feita em função dos interesses do agronegócio para criminalizar a luta por justiça social.

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

Na gravação disponível se ouvem armas automáticas precipitando o tiroteio

“Esta é a última instância a que vamos recorrer antes de levarmos o caso a um tribunal internacional”, informou Guillermina Kanonnikoff, destacada dirigente do movimento de solidariedade. Vítima da ditadura pró-estadunidense de Alfredo Stroessner, Guillermina teve o marido brutalmente assassinado sob tortura e ganhou seu filho na prisão.

Referência da Igreja, Pai Oliva ressaltou que as manifestações pela liberdade dos presos políticos “expressam a presença de Jesus entre os pobres, de forma espiritual, pessoal e coletiva, para que enfim acabemos com a dor e que tenhamos justiça e alegria”. “Seremos vitoriosos. Depois que conseguirmos sua libertação teremos um



Professora Margarita Durán Estragó mostra projéteis de grosso calibre usados na matança dos camponeses

dia inteiro de festa em nosso país”, acrescentou o religioso.

Conforme pesquisa da historiadora Margarita Durán Estragó, “quem invadiu terras que não lhe pertenciam, numa completa agressão ao Estatuto da Terra e à própria soberania alimentar, foi Blas Riquelme, com mais de 75 mil hectares”. Margarita mostrou cápsulas de projéteis de grosso calibre encontradas no local por familiares dos sem-terra e destacou “o mais completo descaso da perícia, que a única coisa que quis e fez foi manipular provas para condenar inocentes”.



Manifestantes defendem liberdade para os presos políticos: cartaz com a imagem de Néstor Castro abre o protesto

O Serviço Paz e Justiça do Paraguai (Serpaj) recorda que como “terras da Marinha”, Marina Kue esteve ocupada entre 1967 e 1999 por um destacamento militar. “Cinco anos depois que a Armada deixou o local, Riquelme começou a desflorestar e cercar a terra”, frisa o Serpaj.

FOME E DESNUTRIÇÃO

Nas ruas de Assunção, em frente ao Palácio de Justiça e ao presídio de Tacumbú, estudantes, professores, religiosos, trabalhadores do campo, músicos, poetas e intelectuais denunciaram o alto grau de concentração de renda no país em que 2,5% dos proprietários são donos de 85% das terras cultiváveis, 94% delas destinadas à exportação, enquanto 1,5 milhão dos sete milhões de paraguaios padece de fome e um terço de desnutrição.

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

Ao mesmo tempo em que os manifestantes se comoviam diante da divulgação das criminosas sentenças para os outros

Para Luiz Lezcano Claude, ex-ministro da Corte Suprema de Justiça, o Tribunal de Sentença “agiu de maneira parcial, incompleta, mutilada, cerceada e discriminatória”

dois presos, Rubén Villalba e Luis Olmedo Paredes, repórteres da “grande” imprensa riam, antecipando a “objetividade” da sua cobertura jornalística.

Ex-ministro da Corte Suprema de Justiça, Luiz Lezcano Claude acredita que o Tribunal de Sentença “agiu de maneira parcial, incompleta, mutilada, cerceada e discriminatória”, fazendo com que os camponeses servissem de “bode expiatório”. Para Lezcano, “há uma completa falta de objetividade na investigação”, que “somente buscou imputar, acusar e conseguir a imposição de drásticas e desmedidas penas aos camponeses, assinalados como supostos autores”.

VERSÕES INCONSISTENTES

Condenando a versão do Ministério Público, o ex-ministro aponta sua completa inconsistência. Pela acusação, observa, “um grupo de camponeses constitui com antecedência uma organização criminosa (primeiro fato punível), com vistas a invadir uma propriedade privada (segundo fato punível) e, posteriormente, prepara uma cilada ou emboscada na qual premedita a morte dos agentes da Polícia Nacional que pretendiam desalojar o grupo invasor (terceiro fato punível)”.

Os fatos vão na contramão dos alegados pela “Justiça”, pois os camponeses que reclamavam as terras cedidas para a

reforma agrária tinham se organizado, por sugestão do Indert, e eram reconhecidos desde 2004. Não houve absolutamente nenhuma inva-



Bandeira brasileira tremula ao lado da paraguaia: militância internacionalista

são de imóvel alheio, já que a empresa Campos Morombi jamais teve reconhecido qualquer direito sobre ela.

A “tentativa de homicídio doloso” também carece de qualquer sentido, uma vez que como 60 camponeses, metade deles

Os fatos vão na contramão dos alegados pela “Justiça”, pois os camponeses que reclamavam as terras cedidas para a reforma agrária se organizaram conforme sugestão do próprio Indert

mulheres, crianças e idosos, poderia ter “emboscado” a 324 policiais fortemente armados, inclusive com helicóptero? Não é à toa que sumiram inúmeras provas como projéteis das armas de grosso calibre, exames de raio X, a filmagem da câmera do helicóptero e até o seu piloto, que morreu “acidentalmente” antes de depor.

“Mais do que nunca, é imprescindível a solidariedade internacional. Diante dos que querem nos calar, é hora de nos somarmos e levantar a voz para garantir justiça”, concluiu Guilhermina Kanonnikoff, encerrando a visita da delegação.

“ALVO DO MASSACRE DE CURUGUATY SEMPRE FOI A REFORMA AGRÁRIA”

**Denuncia Rubén Villalba, sem-terra
condenado a 35 anos de prisão**

“O alvo do massacre de Curuguaty, em que morreram 11 companheiros camponeses e seis compatriotas policiais, sempre foi a reforma agrária. Como se viu e ouviu nos depoimentos, nas provas apresentadas pelos nossos advogados, foi uma ação planejada com o objetivo claro de matar. Daí a selvageria e a desproporção de forças utilizada contra nós: 324 policiais, com helicóptero e armas automáticas sofisticadas chegaram ao acampamento onde estávamos 37 pessoas para fazer uma ‘averiguação’, sem apresentar qualquer documento. Franco-atiradores abriram fogo e se efetivou um despejo em favor da família Riquelme, vinculada à ditadura de Stroessner, que nunca foi dona daqueles 2 mil hectares de terra. Com o sangue de inocentes, falsificaram a história e derrubaram o governo de Fernando Lugo uma semana depois daquele 15 de junho de 2012. Transformando vítimas em culpados, querem que sirvamos de exemplo para todos os que ousarem colocar em xeque o poder do latifúndio, da oligarquia e das transnacionais”.

Estas são palavras de Rubén Villalba, líder camponês paraguaio de 51 anos, pai de cinco filhos, injustamente condenado a três décadas e meia de cárcere por juízes vinculados à oligarquia e ao narcotráfico. Homem altivo, diz sim à luta pela igualdade contra as arbitrariedades, negando-se à morte em vida representada pela capitulação frente ao inimigo de classe.

Como observador internacional do caso Curuguaty, já havia estado com ele inúmeras vezes, mas foi ao entrar recente-

mente na Penitenciária Nacional de Tacumbú, diante de tanto horror e desumanidade, que todo o seu descomunal compromisso com o povo se tornaram mais visíveis.

Entro na prisão. Passado o ponto do raio X e das averiguações, caminho em meio a centenas de zumbis, gente que vaga sem destino com o olhar à procura de um ente querido naquele festivo dia de visitas. Alguns querem apenas se aproximar e me tocar, no que são impedidos por um jovem que anda a meu lado oferecendo segurança. Ele pronuncia em voz alta:

“Nos organizamos e nos associamos de forma absolutamente legal para ter um pedaço de chão para plantar e colher. As terras de Marina Kue são do Estado”

“Curuguay”. É a palavra-chave que abre espaço no trajeto até o Pavilhão 7. Nele está o homem que, recrutado pelas Forças Armadas do Paraguai, se negou a ser utilizado como instrumento de repressão contra o campesinato pobre e desertou aos 17 anos. Na sua “ficha corrida” ganha destaque o de ter sido membro de uma organização de base da igreja católica, da Federação Nacional de Campone- ses e do Movimento Agrário do Paraguai, contribuindo na luta contra a concentração de terras e os abusos da oligarquia latifundiária. Atualmente, integra o Partido Comunista Paraguaio, está preso em Tacumbú desde setembro de 2012, condenado a 35 anos de prisão por “homicídio doloso” e “associação criminosa” para “invasão de propriedade alheia”.

“Nunca planejamos crime algum. Nos organizamos e nos associamos de forma absolutamente legal junto ao Indert para ter um pedaço de chão para plantar e colher. Afinal, as terras de Marina Kue são do Estado, foram doadas pela Industrial Para-

guaya em 1967. Por que iríamos buscar confronto se buscávamos a efetivação da reforma agrária?”, questiona.

Conforme dados oficiais, o Paraguai é o país mais desigual do mundo em relação à concentração de terras, com 2,6% dos proprietários detendo 85% da terra cultivável. Parcela expressiva dos cerca de 40 milhões de terras agricultáveis, cerca de 8 milhões de hectares, são as chamadas *tierras mal habidas* (griladas), que deveriam ter sido destinadas à reforma agrária, nos moldes determinados pela Constituição, mas que foram parar nas mãos de apaniguados da ditadura de Stroessner, denunciando as organizações camponesas.

DEPÓSITO DE GENTE

Olhando as pilhas de colchões sobre os tetos de zinco dos “dormitórios” que nos cercam, Rubén explica que simplesmente não há local para todos neste “deformatório”, ainda mais cheio

A capacidade de Tacumbú é de 1.600 presos e tem agora mais de 4 mil

em tempos de crise. “As pessoas presas tinham que ter pelo menos cama, colchão e assistência médica, mas nem isso é garantido neste depósito de gente. Há pelo menos mil detentos jogados, precisando dormir pelos corredores, enfrentando o frio e a chuva porque o presídio está superlotado. A capacidade é de 1.600 presos, mas temos neste início de agosto mais de 4 mil. O pior é que mais de mil pessoas estão aqui em prisão preventiva, submetidas a todo tipo de degradação por três, quatro anos, sem sequer terem sido julgadas, acusadas de ter roubado um celular, uma bicicleta ou até mesmo uma galinha. Enquanto isso, os que roubam bilhões, os que

lucram com o narcotráfico, os que concessionam e privatizam nosso patrimônio, os que vendem nossa soberania nacional, vão se enriquecendo cada vez mais. Isso dói em mim e em qualquer ser humano, é muita injustiça concentrada”.

“Veja bem ao nosso redor”, aponta, “todos somos produtos do capitalismo, de um sistema que reproduz e aprofunda injustiças, de um governo dos empresários, da oligarquia, de latifundiários. São eles que produziram e continuam produzindo injustiças e desigualdades, o uso e abuso de drogas”. “Aqui temos privilégios para os ricos. Para o representante do Instituto Nacional do Indígena (Indi), Ruben Dario Quesnel, que roubou dinheiro público; para o ex-reitor da Universidade Nacional de Assunção (UNA), Friolan Peralta, que desviou recursos dos estudantes para políticos; para os narcotraficantes que se multiplicam hoje pela sociedade... Na prisão, quando essa gente vem, vai toda para o setor VIP, porque pagam muito bem para alguém”.

O líder ressalta que “as contradições do processo são gigantescas”. “Há depoimentos que dizem que sou o de camisa vermelha, logo no início do ‘confronto’, e que faço o primeiro disparo no comissário Lovera, o chefe da política que teria sido supostamente o primeiro a cair. Nos depoimentos há declarações vagas a meu respeito, como ‘conheço Villalba apenas pela fisionomia’, sem ser taxativo na identificação. Mas o Tribunal interpretou de forma diferente, agindo claramente para me iden-

**“Os que roubam bilhões,
os que lucram com o
narcotráfico, os que
concessionam e privatizam
nosso patrimônio, os que
vendem nossa soberania,
vão se enriquecendo”**

tificar e, com isso, me incriminar. Uma sucessão de mentiras e falsificações para vender a minha imagem como a de um perigoso terrorista. O que eu tinha na mão naquele dia era um porrete e nada mais. O companheiro Ave-

“Eu tinha na mão naquele dia um porrete e nada mais. Avelino Espínola, que foi assassinado, tinha um estilingue e um facão. Mas ninguém foi ferido com facão”

lino Espínola, que foi assassinado, tinha com ele um estilingue e um facão. Mas ninguém foi ferido com facão nenhum, o mataram porque estava planejado”.

Sobre a suposta “emboscada”, Rubén ironiza o ridículo da argumentação e o absurdo da acusação, que também impôs penas de 20 anos a Luis Olmedo e 18 anos a Arnaldo Quintana e Néstor Castro. “Meu filho estava no acampamento. Derlis tinha três meses naquele momento e estava com a mãe, hoje já vai fazer cinco anos. Que ser humano iria planejar um confronto com uma força tão desproporcional tendo seus familiares, com bebês no local? Vale lembrar que nos encontrávamos em apenas 37 pessoas no acampamento naquele dia, entre as quais tínhamos mulheres, idosos e meia dúzia de crianças. Alguns dos companheiros que faziam parte da lista de 60 pessoas não estavam ali porque tinha chovido muito e havia bastante umidade. Outros foram fazer visitas a um acampamento mais antigo, o Ibypytã”.

A verdade dos fatos, afirma o dirigente, é que assim que se viram cercados pelos efetivos policiais os sem-terra fizeram rapidamente uma reunião. “Na assembleia decidimos que se eles apresentassem um documento que provasse que as terras de Marina Kue eram dos Riquelme sairíamos de forma ordena-

da e pacífica, pois queríamos evitar qualquer tipo de ato de violência. Mas assim que chegaram, nos rodearam e começaram a disparar com armas automáticas. Logo fui baleado na cabeça e não lembro de mais nada. Aquilo tudo parecia um filme de terror”, disse. É importante recordar que todos os policiais foram mortos com armas de grosso calibre, automáticas, não encontradas com os camponeses, que tinham somente umas poucas armas para caçar coelhos e animais de pequeno porte, completamente inúteis para uma confrontação, como apurado pelo próprio exame balístico.

Para Villalba, “não há tanta diferença entre os presos pobres e nós, presos políticos, não há um abismo. O que aconteceu para eles nos passou também, cada um sofrendo do seu jeito. Não há justiça para os jovens que, como pode ver, são a grande maioria dos que estão aqui dentro, pois temos um país onde não há saúde, não há educação e não há trabalho. O que há é drogas, por todo lado. Aqui dentro a situação é ainda pior. Tacumbú é um depósito de humanos”.

Estando há mais tempo no presídio, Rubén Villalba se encontra separado dos seus companheiros de Curuguaty que vivem no pavilhão da Pastoral Social. “Aqui no pavilhão 7 se paga 500 mil guaranis somente para entrar (R\$ 300,00). Depois, para sobreviver, todos fazemos um pagamento diário, que não sabemos nem pra quê nem pra quem. Não temos nem ideia do destino. A comida é de péssima qualidade e pouca, o que faz com que haja gente comendo os restos no lixo dos que têm mais. É desuma-

“Meu filho estava no acampamento. Derlis tinha três meses e estava com a mãe. Quem iria planejar confrontar uma força tão desproporcional?”

no, completamente de-
gra-dan-te. Gente tão po-
bre que come nos mesmos
potes em que faz suas ne-
cessidades”.

Para en-
frentar o sem-
número de



Rubén: “Aqui a situação é ainda pior, pois há gente que come onde faz suas necessidades”

dificuldades, o líder camponês transformou sua cela numa cantina, garantindo a subsistência. “Comprei o espaço, com papel passado e tudo, com umas economias que tinha: 10 milhões de guaranis (cerca de R\$ 6.000). Quando sair eu terei de vender, estas são as regras. Mas, por enquanto, é como me sustento, vendendo empanadas, tortas e bolos”, conta orgulhoso de sua independência econômica, acompanhado naquele dia da mulher e do filho menor.

Além da solidariedade de movimentos como o 138, da Argentina, em toda a América Latina, lembrou Villalba, há muitos apoios individuais de intelectuais e de pessoas da Igreja no Paraguai que fazem crescer a onda pela verdade e a imediata absolvição dos presos políticos de Curuguaty. “É uma somatória que nos dá forças para continuar na luta contra a injustiça, que nos dá esperança para lutar e vencer!”

“Logo fui baleado na cabeça e não lembro de mais nada. Aquilo tudo parecia um filme de terror”

LIÇÕES DA INFÂMIA

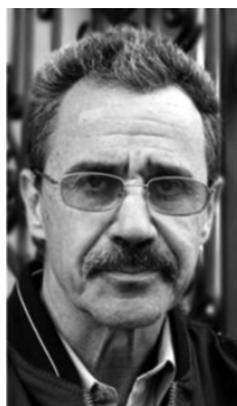
Guido Rodríguez Alcalá *

Surpresa! Se pode matar com uma arma que não disparou. A esta conclusão chegou, depois de longas deliberações, a Câmara de Apelações de Canindeyú em 29 de maio de 2017. Por respeito à magistratura não digo, como Roosevelt, um dia que ficará na infâmia.

A Câmara de Apelações confirmou a sentença de primeira instância, ditada em 11 de julho de 2016. A originalíssima sentença condenou Rubén Villalba e Luis Olmedo a 35 e 20 anos de cárcere, respectivamente, por matar o oficial Erven Lovera com a mesma escopeta e com as mesmas balas, quatro no total, o que haveria sido um homicídio “*al alimón*”. Colaboração “*al alimón*” é aquela em que dois toureiros touream o mesmo touro com a mesma capa. Pode disparar-se uma escopeta entre dois? Não neste caso: segundo as perícias efetuadas no processo, a escopeta identificada como arma homicida não havia sido sequer disparada. Não há maneira de confirmar este absurdo, como atestou a segunda instância.

Agora bem, em Curuguaty morreram 17 pessoas. Podemos supor que as quatro balas mataram a todas? Não, porque condenaram outros acusados sem dizer com o quê mataram eles. É habitual fazê-lo, porém não se comprovou que nenhuma das armas apresentadas pela Procuradoria pertencesse a nenhum dos imputados, que nenhum as havia utilizado, que nenhuma havia matado. Tampouco foi necessário fazê-lo: Arnaldo Quin-

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade



El Cabildo

tana e Néstor Castro foram condenados a 18 anos de cárcere, como homicidas, por haverem sido baleados, não porque balearam, mas porque foram baleados. Quintana foi preso desarmado, no caminho de Curuguaty (se pode vê-lo num vídeo); e Néstor Castro no hospital de Puente Kyha, no dia seguinte, a quilômetros do lugar do tiroteio.

“Fermín Paredes e Delfín Duarte falaram com seus familiares pelos celulares para dizer que estavam feridos e necessitavam de ajuda. Os mataram depois, com tiros à queima-roupa”

Haveria sido melhor que, no lugar e no dia do tiroteio, também prendessem Fermín Paredes e Delfín Duarte, que se encontravam ali. Eles falaram com seus familiares pelos celulares para dizer que necessitavam de ajuda, porque estavam feridos. Foram mortos depois, com tiros à queima-roupa e ocultaram o crime, que foi descoberto pelo grupo de investigação dirigido por

Domingo Laino *, sem que o Tribunal levasse em conta.

Teve mais sorte Lucía Agüero, porque foi condenada somente a seis anos de prisão por haver recebido um balaço na perna. Segundo a Procuradoria, Lucía estava com uma criança nos braços e saiu correndo quando começou o tiroteio, o que seria prova irrefutável de culpabilidade.

Também foram condenadas a seis anos Fani Olmedo e Dolores Peralta, ainda que não estivessem feridas e tenham sido presas a quilômetros do lugar do ocorrido.

* *Presidente da Plataforma de Estudos e Investigação de Conflitos Camponeses (PEICC) e ex-senador do Paraguai.*

ASSASSINATO DE 8 SOLDADOS BUSCA ENCOBRIR CORRUPÇÃO NO COMANDO

Familiares condenam crime como armação de Cartes

A morte de oito soldados ocorrida no dia 27 de agosto de 2016, em um atentado à bomba contra o caminhão em que se deslocavam no interior de Arroyito, em Concepción, cerca de 500 quilômetros ao norte de Assunção, caiu como uma luva para desviar a atenção dos escândalos que abalam o Alto Mando Militar do Paraguai.

“Os camponeses não têm armas, são trabalhadores inocentes. O governo de turno é o que atua e diz que se trata de um ataque do EPP (Exército do Povo Paraguai)”, afirmou Luis Mario Florentin, primo do subtenente Félix Fernandes, um dos militares assassinados. Conforme Florentin, liderança regional dos trabalhadores rurais, há mais do que indícios do envolvimento do governo de Horacio Cartes por detrás do sangrento episódio. “O governo é o EPP”, sentenciou.

No momento da explosão, o comando militar se encontrava sob pesado cerco, tendo de responder por atos de corrupção nas Forças de Tarefas Conjuntas (FTC) - cuja base está localizada precisamente em Arroyito - e pela espionagem ilegal realizada contra uma jornalista do ABC Color, a principal publicação do país. A própria manutenção das FTC estava sendo objeto de debate no Senado, com vários parlamentares denunciando o desperdício de dinheiro público diante de tanta ineficácia.

No momento da explosão, o Alto Mando Militar se encontrava sob cerco, tendo de responder por atos de corrupção

Conforme apurou o jornal, em 25 de fevereiro de 2015 o comandante das Forças Armadas, general Luis Garcete, assinou uma ordem determinando que os militares do Comando Operativo Conjunto (COC) fossem inseridos dentro das FTC. Ligado à Garcete, o general José Alvarenga foi mantido na chefia do Comando Logístico e na coordenação do COC. Detalhe: como integrantes das Forças de Tarefas Conjuntas, todos os militares nomeados passaram a receber um adicional de 50% que, no caso de Alvarenga, tem como base seu próprio salário de general de Brigada.

DENÚNCIA DO ESQUEMA

Assim, Alvarenga e todos os homens ao seu dispor passaram a embolsar o generoso *plus*, com gratificações, bonificações, automóvel e chofer, entre outros benefícios, durante 17 meses, sem dormir uma única noite em Arroyito. Enquanto isso, os demais membros da tropa alocados na região eram obrigados a permanecer longe de suas famílias por 35 dias ininterruptamente com, no máximo, quatro dias de licença. Denunciado o esquema, a cúpula militar decidiu agir. Montou uma enorme estrutura de espionagem para saber quem estava “passando informações ao inimigo”.

Conforme Santiago Ortiz, secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas do Paraguai, a espionagem feita por militares contra uma repórter que investigava casos de corrupção nas FTC



Acima, os corpos dos soldados mortos. Enquanto a cúpula militar aproveitava, bem longe, todo o tipo de mordomias, o restante da tropa era obrigado a permanecer distante de suas famílias, por 35 dias, com quatro dias de licença no máximo “é um indício a mais sobre a vigência de um terrorismo de Estado que nos faz retroceder ao mais obscuro das tiranias militares”. “É um fato extremamente grave, um atentado contra a liberdade de expressão e contra todas as garantias consagradas na Constituição”, frisou.

A compra do programa espião Finfisher pelo governo paraguaio já vinha sendo denunciada pela organização Tecnologia, Educação, Desenvolvimento, Investigação e Comunicação (Tedic) por possibilitar “práticas perigosas e violatórias de direitos fundamentais”. Como alertou a advogada Maricarmen Sequera, diretora executiva da Tedic, entre outros abusos o Finfisher serve para ligar de forma remota telefones celulares que se encontram apa-
Curuguay, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

A compra pelo governo paraguaio do programa espião Finfisher já vinha sendo denunciada por possibilitar “práticas perigosas e violatórias de direitos fundamentais”

gados, interceptar videochamadas através do Skype e até mesmo reconhecer teclados virtuais.

Desta forma, em vez de proteger a soberania nacional, as tropas são reduzidas ao papel de marionetes da cleptocracia

“Por que parece que o narcotráfico está mais seguro nas zonas de controle das Forças de Tarefas Conjuntas?”

oligárquica, respaldando a desumana concentração de terras e de renda. Suas armas servem para defender a desnacionalização e manter cerca de 19,4% do território paraguaio nas mãos de estrangeiros, o equivalente a 7,89 milhões dos 40,67 milhões de hectares do país. Servem para aterrorizar a população e respaldar o latifúndio, com seu monocultivo extensivo de oleaginosas e produção de carne, essencialmente voltados à exportação. Isso significa dependência e fome em abundância, em aberta sabotagem ao desenvolvimento do país.

No início de agosto, os delegados diocesanos da Pastoral Social, comandados pelo monsenhor Juan Bautista Gavilá, alertaram para a “lista de abusos e violências cometidos durante a permanência e atuação das Forças de Tarefas Conjuntas” que, sob a justificativa da “defesa nacional e da segurança interna”, “atuam de forma prepotente, intimidando as pessoas mais humildes e as lideranças sociais” com a “militarização do Norte”. “Por que a população duvida da coordenação de mando entre policiais e militares das FTC? Por que parece que o movimento do narcotráfico está mais seguro nas zonas de controle das Forças de Tarefas Conjuntas?”, questionam.

TERRORISMO DE ESTADO MATA E PRENDE OPOSICIONISTAS

Entoando “ditadura nunca mais”, manifestantes protestaram contra a reeleição de Cartes e colocaram fogo no Congresso

O jovem Rodrigo Quintana Arrúa é a mais nova vítima da política de terrorismo de Estado que domina o Paraguai desde a deposição do presidente Fernando Lugo. Quintana, de 25 anos, foi abatido nas primeiras horas da madrugada do sábado, 1º de abril de 2017, quando policiais invadiram, armas em punho, a sede do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), de oposição.

Entoando “ditadura nunca mais”, centenas de pessoas haviam tomado desde as primeiras horas da manhã de sexta-feira a frente do Congresso Nacional para protestar contra a reeleição do presidente Horacio Cartes. Além dos altíssimos índices de miséria, desnutrição e desemprego, dos baixíssimos salários, da criminalização dos movimentos sociais e do assassinato de opositores, Cartes é conhecido pela frase proferida a empresários estrangeiros: “Pensem no Paraguai como uma mulher fácil, usem e abusem”.

Mas não é bem assim, a polícia precisou usar e abusar da violência, com rajadas de tiros letais, de balas de borracha, cavalos, carros blindados e com canhão de água para dispersar os manifestantes. Mesmo sangrando devido aos oito tiros de balas de borracha no abdômen, uma senhora foi arrastada e espanca-

“Pensem no Paraguai como uma mulher fácil, usem e abusem”, disse Cartes oferecendo o país aos empresários estrangeiros

da por policiais enquanto era socorrida por estudantes de medicina da Universidade Nacional de Assunção (UNA) que passavam pelo local.

“MASSACRADO COM PORRADAS”

Membro da direção do Colégio de Advogados, Roberto Rojas testemunhou ter sido “massacrado com porradas” por policiais ao tentar gravar as prisões irregulares que se multiplicaram pela capital. “Me bateram muito, me arrebentaram. Me chutaram a cabeça, me chutaram o rosto, me queimaram com acendedor”, descreveu Rojas que, liberado no dia seguinte, passou o final de semana hospitalizado devido ao risco de hemorragia interna.

O deputado liberal Édgar Acosta teve a boca destroçada por um tiro de bala de borracha à queima-roupa e, socorrido às pressas, foi submetido a uma cirurgia reconstrutiva.

O deputado liberal Édgar Acosta teve a boca destroçada por um tiro de bala de borracha à queima-roupa

Em nota, o Sindicato dos Jornalistas do Paraguai informou que vários profissionais de imprensa foram vítimas de “socos, cacetadas, disparos com balas de borracha, destruição de equipamentos e todo tipo de agressões policiais”. Entre os inúmeros feridos, José Bogado, fotógrafo da Última Hora, foi alvejado mais de uma dúzia de vezes. “Até mesmo integrantes do corpo médico deslocado para atender os feridos foram vítimas da violência policial”, acrescentou Santiago Ortiz, secretário-geral do Sindicato.

“No seu afã reeleitoral, Cartes não hesita em cuspir sobre

a Constituição e dançar sobre o seu cadáver”, afirmou a Organização de Mulheres Camponesas e Indígenas (Conamuri), responsabilizando o desgoverno por mais “este lamentável atentado contra a democracia” e conclamando a todos “a organizar a resistência para que a longa noite stronista não volte a nos cobrir com seu nefasto manto”.

OPORTUNISMO

Parte expressiva dos grandes conglomerados privados de comunicação - aquela não pertencente a Cartes, que é dono dos jornais Nação, Crônica e ADN, além das rádios 970 e Montecarlo - convocou a manifestação contra a emenda da reeleição em frente ao Congresso. Afinal, o “não” inviabilizaria tanto a candidatura situacionista quando a de Lugo, seu principal inimigo, e candidato favorito pela opositorista Frente Guazú.

Assim, o Grupo Zucolillo, dono do ABC Color - o principal jornal - e da rádio Cardinal; e o Grupo Vierci, proprietário dos jornais Última Hora e Paraguai, e das rádios Estação, Monumental e Urbana, entraram em campo ao lado do dissidente do Partido Colorado, Mario Abdo, filho do braço direito do ditador Alfredo Stroessner, e do dissidente liberal Mira Efrain Alegre, um dos responsáveis pelas 17 mortes de Curuguaty. Vale lembrar que durante os 35 longos anos em que o general Alfredo Stroessner governou o país, milhares de pessoas foram torturadas, oficialmente 3.470 foram exiladas, 336 desapareci-

“Cartes não hesita em cuspir sobre a Constituição e dançar sobre o seu cadáver. É preciso organizar a resistência para que a longa noite stronista não volte a nos cobrir com seu nefasto manto”

das e 59 executadas com o apoio militar e da “inteligência” estadunidense, igualmente presentes em Curuguaty.

CARTES SEGUE O FMI

“Este governo vem violentando todos os direitos trabalhistas, tem buscado eliminar os sindicatos da vida política do país”, denuncia a CUT-A

anterior, a recente repressão tem um único objetivo: “seguir respondendo aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, entregando nossas riquezas naturais e empresas públicas, patrimônio do nosso povo”. Repudiando “a atitude antipatriótica de Cartes”, a entidade convocou “a todos a se manterem alertas e mobilizados para responder com força a estes fatos e defender, vigorosamente, a liberdade e a democracia com justiça social”.

“Há tempos vimos denunciando o caráter autoritário e ditatorial deste governo que, desde seu início, vem violentando todos os direitos trabalhistas, tem buscado eliminar os sindicatos da vida política de nosso país”, alertou a Central Unitária de Trabalhadores Autêntica (CUT-A), condenando a “nostálgica orientação stronista”. Para a CUT-A, tal qual a



Cartaz rechaça a submissão

“Observava tudo em frente ao Congresso e pude ver que a Polícia Montada passou pelo local um pouco antes de iniciar o conflito, só retornando depois de começado o incêndio para reprimir, a esmo, com tiros e bombas de gás. Com o centro transformado num caos, com carros e prédios destruídos e ardendo em chamas, precisei me esconder dentro da Universidade Católica, mas também ali choveram bombas. Foram presas centenas de pessoas que não tinham nada a ver com o protesto, inclusive retirados de dentro de bares, gente que passeava pelo centro”, contou Seráfina Soler, ativista de oposição a Cartes. “Havia, naturalmente, gente protestando contra a possibilidade da reeleição, mas também havia pessoas infiltradas e, pela quantidade de material que dispunham, claramente financiadas por senadores dissidentes dos partidos Colorado e Radical”, assinalou Soler.

“É preciso repudiar o ato de terrorismo de Estado perpetrado pelo governo e exigir julgamento e castigo para todos os responsáveis”, sublinhou Derlis Villagra, filho do histórico dirigente do Partido Comunista Paraguaio (PCP), de mesmo nome, assassinado pela ditadura de Stroessner. Villagra destacou: “o que esconde o falso purismo jurídico-constitucionalista é a intenção de proscriver a candidatura de Lugo e impor um cenário onde - ganhe Mario Abdo, Efraín Alegre, Enrique Riera ou Santiago Peña - seus interesses como donos do país estejam salvaguardados e o leilão da soberania nacional siga sua trajetória, mas sem Cartes”.

Na avaliação da socióloga Marielle Palau, o objetivo dos

“É preciso repudiar o ato de terrorismo de Estado perpetrado pelo governo Cartes e exigir julgamento e castigo para todos os responsáveis”

que querem impedir a reeleição “é bloquear por todos os meios a possibilidade de uma candidatura progressista, com chance de ganhar, para que o povo se veja obrigado a votar por um colorado ou um liberal, sabendo que ambos vão ser neoliberais

**Para a socióloga
Marielle Palau,
“querem bloquear por
todos os meios uma
candidatura
progressista, para
seguir vendendo o
país, subordinando-o
aos ditames dos EUA”**

raivosos, defender os interesses da oligarquia, seguir vendendo o país e se subordinando aos ditames da embaixada dos Estados Unidos”.

“REPÚDIO” ARTÍSTICO

Demonstrando seu “repúdio ao que temos vivido”, a cantora paraguaia Andrea Valobra decidiu cancelar a apresentação na Assembleia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que contaria com a presença de Cartes. A apresentação, enfatizou, seria uma “total contradição com minhas crenças e minha luta em meio à crise que estamos vivendo como sociedade”. “Simplesmente não posso fingir que não ocorreu nada em frente ao senhor presidente”, frisou Andrea.

DESGOVERNO APROFUNDA SUBMISSÃO AO ESTRANGEIRO E ALASTRA MISÉRIA

**Política de privilégios ao grande capital,
prioritariamente multinacional, cobra seu preço**

A submissão aos cartéis e monopólios estrangeiros aumentou a concentração de renda e alastrou a miséria no Paraguai, atesta a Pesquisa Permanente de Lugares, referente a 2016, divulgada pela Secretaria Técnica de Planificação.

Conforme o levantamento oficial, a pobreza atinge 1.949.272 dos mais de 6 milhões de paraguaios, passando de 26,58% da população em 2015 para 28,8% (aumento de 2% no campo e de 2,5% na cidade). A maioria da pobreza extrema - localizada no setor rural, que concentra 40% da população -, torna evidente o fracasso das indecentes isenções e benesses dadas ao agronegócio, que desmata, polui e mata em abundância.

Membro da Sociedade de Economia Política do Paraguai, Idilio Grimaldi lembra que, com a proteção do Congresso, a quem dominam, multinacionais do agronegócio como Monsanto, Cargill, Syngenta, Dow e Basf “praticamente não pagam impostos”. “A carga tributária do Paraguai é de apenas 13% do PIB. Além disso, 60% do imposto arrecadado pelo estado paraguaio é o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Os latifundiários não pagam impostos. O imposto imobiliário representa apenas 0,04% da arrecadação tributária, ainda que o agronegócio produza cerca de 30% do PIB”, esclarece o pesquisador.

**Multinacionais do
agronegócio como
Monsanto, Cargill,
Syngenta, Dow e Basf
praticamente não
pagam impostos**

A política de privilégios ao grande capital, principalmente o estrangeiro, cobra, evidentemente, seu preço. E bem caro. Na área urbana, que concentra 4.124.616 habitantes, 904.763 são pobres (21,94% da população), enquanto dos 2.169.792 da área rural, 1.044.509 são pobres (39,72%). Das 387.242 pessoas mergulhadas na pobreza extrema (5,73% da população), 67.173 (1,63%) estão na cidade e 320.069 (12,17%) no campo.

“No campo a pobreza é mais extensa, tanto em incidência como em quantidade absoluta”, destaca Maria Elizabeth Barrios, da Direção Geral de Estatística, Pesquisa e Censos (Dgeec).

NEGLIGÊNCIA

De acordo com Verónica Serafini, pesquisadora do Centro de Análise e Difusão da Economia Paraguaia (Cadep), a gravidade dos números reflete a negligência no apoio à agricultura familiar, visíveis em instituições como o Indert e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG). “Seguimos sendo muito dependentes de produtos básicos importados, como tomate, cebola, batata, que poderíamos estar produzindo aqui e melhorando as condições das famílias rurais”, declarou Serafini, apontando que a produção local também contribuiria para o rebaixamento dos preços dos alimentos pagos pelo conjunto da população e traria mais variedade à mesa. Para a pesquisadora, esta deve ser uma prioridade, “afinal, não podemos depender de outros países para consumir até produtos básicos”. Enquanto isso, um terço da população encontra-se desnutrida, pois seu salário não alcança sequer o valor da cesta básica, proibitiva.

No início de junho de 2017, a Pesquisa Contínua de Emprego (ECE) relativa ao primeiro trimestre do ano registrou que

o desemprego e a desocupação em Assunção, assim como na região central, aumentaram em relação a 2016.

A Dgeec frisa que o número de desocupados cresceu de 7,6% para 8,4%, enquanto a subocupação subiu de 11,4% para 12,4% - dividida em subocupados visíveis, com menos de 30 horas de trabalho semanais, e assalariados que recebem valores inferiores ao salário mínimo de 1.964.507 guaranis (cerca de R\$ 1.170). Conforme o levantamento do Ministério do Trabalho do Paraguai, 60% dos trabalhadores encontram-se na informalidade, recebendo menos de um salário mínimo.

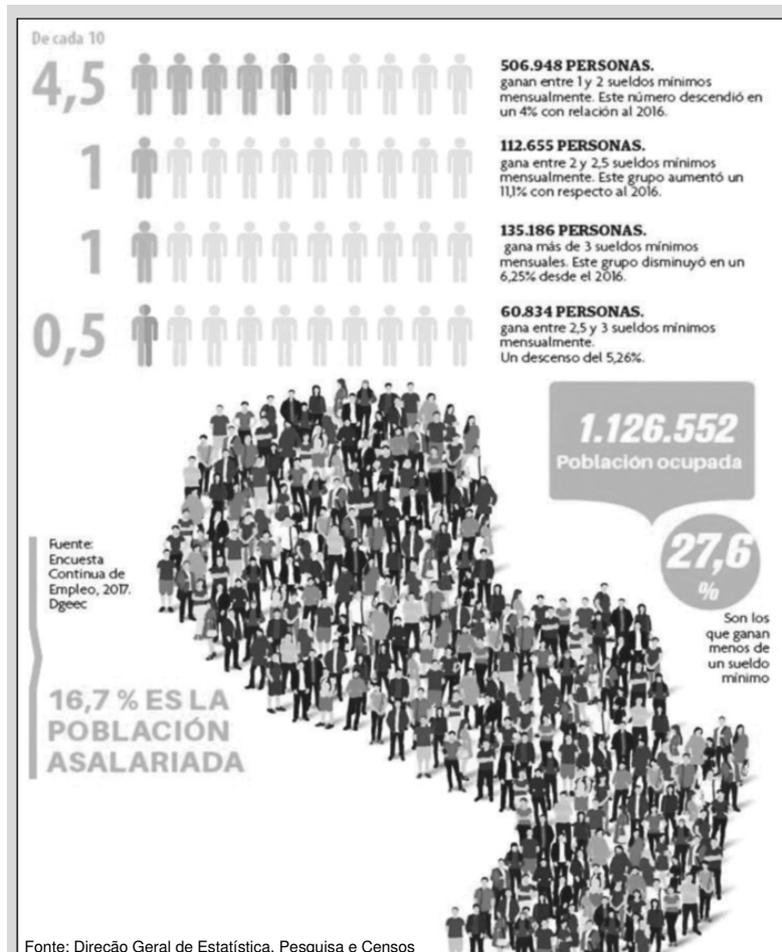
TRAGÉDIA

Dados do Banco Central do Paraguai (BCP) reforçam a gravidade da tragédia: ao mesmo tempo em que a economia do país cresceu 4,1% em 2016, as fontes de renda recuaram 3%, dificultando ainda mais a sobrevivência dos que não vivem da especulação ou da exploração da mão de obra.

Frente à avalanche de dados negativos, o governo limita-se a dizer que “não há mudanças significativas nos níveis de pobreza”, “o que indica que, basicamente, há empate técnico”.

No país em que a repressão governamental e patronal à organização dos trabalhadores é total, o nível de sindicalização ronda os 5% e a falta de direitos é uma constante. Mesmo a minoria que é registrada está à míngua: jornada de 48 horas semanais, apenas 12 dias de férias até completar cinco anos na empresa e sem qualquer amparo complementar.

Os números oficiais do Ministério do Trabalho apontam que 60% da população vive na informalidade, recebendo menos de um salário mínimo



A Pesquisa Contínua de Emprego da Dgeec relativa ao Terceiro Trimestre de 2017 aponta para um agravamento da situação. O número de trabalhadores que ganham menos do que o salário mínimo aumentou em 6,98% e diminuiu em 6,25% os que ganham três salários mínimos ou mais. Nas cidades, a renda mensal média é de G. 1.629.645 (R\$ 965), e no campo G. 842.469 (R\$ 498). Na área rural, os 10% mais pobres têm uma renda mensal média de G. 146.226 (R\$ 85,55) ou G. 4.874 (R\$ 2,85) por dia

CASAMENTO DE INOCENTES PRESOS REFORÇA MOVIMENTO SOLIDÁRIO

**Luis Olmedo e Dolores López contrairam
matrimônio no presídio de Tacumbú**

O casamento de meus amigos Luis Olmedo e Dolores López virou manchete de jornal no dia 29 de julho de 2017, em Assunção. Mantendo a tradição da mídia venal, o matrimônio de pequenos agricultores só pode ganhar destaque, com foto e tudo, quando é tema criminal: “Um casal julgado no caso Curuguaty diz sim no cárcere”.

A concorrida cerimônia aconteceu na capela do complexo penitenciário de Tacumbú, cheia de familiares e amigos dos inocentes, responsabilizados pelas mortes em Marina Kue.



Religiosos e familiares levantaram a bandeira de Curuguaty

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

“Cúmplice de homicídio” sem nunca ter sido sequer identificada por nenhuma testemunha, foto ou filmagem, quem via o sorriso farto irradiado no vestido branco de Dolores López esquecia da sua condenação de seis anos. Nem a do seu amado. Contente, caminhou decidida ao encontro do noivo. Condenado a 20 anos por “tentativa de assassinato, invasão de imóvel alheio e associação criminosa”, Luis Olmedo era só alegria, pensando no país sem cercas sonhado para a família.

Dolores se vestiu na própria penitenciária. “Não havia ali nem mesmo um espelhinho com que pudesse se ver com seu traje de noiva. Mas isso foi só um detalhe, porque tudo correu

“Que o melhor presente seja a liberdade tão merecida e esperada, tanto e tanta como a terra e a justiça”, afirmou Guillermina Kanonnikoff

maravilhosamente bem, apesar das grades que nos separavam do mundo dos ‘livres’ ”, relatou Margarita Durán Estragó. Um dos pilares do movimento de solidariedade aos camponeses, Margarita esteve acompanhada por vários expoentes da campanha popular, como o Pai Oliva e Guillermina Kanonnikoff, referência da luta contra a ditadura.

“Que o melhor presente destas bodas seja a liberdade tão merecida e esperada, tanto como a terra e a justiça”, enfatizou Guillermina, ao lado de Arnaldo Quintana e Néstor Castro.

Resoluto, encarnando um mundo de esperanças, o líder camponês Rubén Villalba colocou um punhado de terra diante do altar. Ali, ao alcance das mãos, estava o símbolo da luta pela reforma agrária nos 2 mil hectares públicos de Marina Kue, ilegalmente invadidos e apropriados pela família Riquelme.

Emocionados, camponeses que já cumpriram a pena com-

pareceram devidamente paramentados, ao mesmo tempo em que familiares dos caídos reforçavam a presença simbólica dos sem-terra que tombaram em Curuguaty. Lembravam Adolfo Castro, de 28 anos, que se rendeu ao ver os policiais levarem o seu filho de três anos, quando foi abatido com um tiro no rosto; Avelino Espínola (Pindu), 54 anos, agarrado pelo pescoço, rendido e executado; Fermín Paredes González, 28 anos, que, ferido, pediu ajuda, mas de nada adiantou; Andrés Riveros, 67 anos, que abriu os braços já entregue, quando foi abatido; Delfín Duarte, 56 anos, morto

Adolfo Castro foi abatido com um tiro no rosto quando se rendeu ao ver os policiais levarem seu filho de três anos

com um tiro na boca; Francisco Aya-la, 38 anos, com um tiro na cabeça; Luis Agustín Paredes González, 26 anos, que teve a massa encefálica destruída; Luciano Ortega, 18 anos, filho único, morto enquanto buscava a mãe, após ter colocado o pai a salvo. Foram igualmente abatidos a tiros - e recordados - De los Santos Agüero Romero, 23 anos, que auxiliava o pai na produção agroecológica; Arnaldo Ruiz Díaz, 35 anos, e Ricardo Frutos Jara, 42 anos.

Antecipando-se às repercussões positivas do matrimônio, *Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade*



Solidaridad PY

Rubén colocou um punhado de terra diante do altar

apenas um dia antes, 28 de julho, o jornal ABC Color, sustentado pelo agronegócio, estampava na capa: “Constatam depredação em Marina Kue”. A canalhice da reportagem, empenhada em transformar os camponeses que resistem no local em vândalos, fez com que os Membros Familiares do Massacre de Curuguaty fizessem um comunicado, levantando a voz para “desmentir a informação mal intencionada do ABC”.

Antecipando-se às repercussões positivas do matrimônio, o jornal de maior circulação do país buscou transformar os camponeses que resistem no local em vândalos

Curuguaty fizessem um comunicado, levantando a voz para “desmentir a informação mal intencionada do ABC”.

DEPREDADORES

“Agora querem fazer crer que somos ‘depredadores’, os mesmos que em 2012 nos qualificaram como ‘invasores’. Naquele momento, poderes econômicos, motivados por interesses inconfessáveis, optaram por derrubar um governo legitimamente estabelecido e, para isso, perpe-

Solidaridad PY



Capela do Complexo de Tacumbú ficou lotada por amigos, familiares e membros da campanha de solidariedade

traram um massacre de inocentes, nossos familiares. Não somos nem invasores nem depredadores, mas camponeses trabalhadores que estamos ocupando estas terras que nos pertencem e estamos cultivando mandioca, milho, batata, feijão, alimentos para a subsistência de nossas famílias”.



“Sim” no Tacumbú “Hilton” foi manchete

APELO À OPINIÃO PÚBLICA

No comunicado, os familiares também solicitaram que a Secretaria de Meio Ambiente respeite seus direitos como paraguaios, “verifique o local e faça informes que sejam reais e concretos”. “Há cinco anos, ou seja, desde o início, temos levantado nossa voz de protesto, criticando a injustiça do julgamento e pedindo sua imediata anulação. Apelamos à opinião pública para que se una conosco e levante a voz ante o mundo:

Curuguay, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

Nós não podemos ficar em silêncio frente à condenação de inocentes, de tantos anos de privação à liberdade”.

Solidários aos camponeses, manifestantes voltaram a erguer cartazes em frente

ao Tribunal de Justiça de Assunção, defendendo a imediata anulação do julgamento: “o governo rouba, a polícia mata, a imprensa mente e o povo sofre”.

“O governo rouba, a polícia mata, a imprensa mente e o povo sofre”



Dolores, Luis e o filho Jorgito: fortaleza

E o que foi do dia seguinte do casamento? Como nos relatou Margarita: “No domingo, bem cedinho, um policial já esperava Dolores fora da penitenciária para levá-la de volta à sua prisão domiciliar. Em Marina Kue...”

COMISSÃO DO SENADO: CAMPONESES SÃO VÍTIMAS DE “ABERRAÇÃO JURÍDICA”

“Não existem nem provas nem alegações”, concluiu a assessoria geral da presidência do Senado

“**A** atuação da Promotoria do Caso Curuguaty foi uma autêntica aberração jurídica”, pois “não existem nem provas nem alegações” que respaldem a hipótese de “emboscada” e “invasão de imóvel alheio”, sustentadas pela empresa Campos Morombi, pela polícia e pela Promotoria contra os camponeses. Portanto, os pequenos agricultores não podem ser responsabilizados pelo “enfrentamento”.

Esta conclusão é da assessoria geral da presidência do Senado do Paraguai e foi elaborada por solicitação da Comissão

Estudo elaborado por solicitação da Comissão de Direitos Humanos da ONU vinha sendo mantido sob completo sigilo por pressão dos grandes latifundiários

de Direitos Humanos da ONU. Por pressão dos grandes proprietários rurais, o estudo vinha sendo mantido em sigilo, até finalmente ser veiculado em outubro de 2017 pela agência de notícias Ñanduti.

Inúmeros depoimentos demonstram que a “Justiça” atuou abertamente como agente da Campos Morombi. A promotora Ninfa Aguilar deu aval à ação cinematográfica

em função dos interesses da família Riquelme, “que não era titular das terras em litígio e que havia tentado se apropriar delas em conivência com as autoridades locais”. Aguilar extrapolou e foi além nos seus reiterados delitos em prol dos latifundiários da região, uma vez que “sequer existia ordem de despejo

contra os camponeses, mas uma ordem de averiguação para identificar pessoas alheias ao imóvel” em disputa.

“O que fica claro é que 324 policiais fortemente armados entraram no acampamento ao redor das sete da manhã, ocorrendo aproximação e diálogo entre chefes policiais e um grupo camponês”, mas não existem “nem provas nem alegações” que respaldem minimamente a hipótese de “emboscada” sustentada pela polícia e pela Promotoria.

VIOLÊNCIA EXTREMA

“Foi o grupo camponês que buscava respeito aos trâmites do processo de outorga de terras quem foi cercado desde duas frentes pela polícia”, atesta o documento do Senado. Além disso, a presença desproporcional das forças militares, “evidencia a predisposição de provocar uma situação de extrema violência

“Vários testemunhos indicam que alguns camponeses foram executados quando, feridos, tentavam fugir do local”

e levar a cabo uma intervenção de despejo rápido, forçoso e direto”.

“Execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias, ameaças de morte e torturas físicas e psicológicas” denunciadas pelos familiares das vítimas civis e pelo conjunto das organizações de direitos humanos foram solenemente ignoradas pelo Ministério Público, que apresentou os camponeses como “bandidos” e “terroristas”.

“Existem vários testemunhos que indicam que alguns camponeses não morreram no primeiro tiroteio, mas depois. Foi quando estavam fugindo. Se trata de pessoas feridas que foram executadas. Várias testemunhas indicam que alguns campone-



Comissão de Familiares dos Presos de Curuguaty se reuniu com o presidente do Congresso, senador Fernando Lugo ses foram torturados e submetidos a tratamento cruel, além de ameaçados de morte”, acrescenta o documento.

“Durante o julgamento, policiais de diferentes unidades e postos relataram sua versão, evidenciando enormes contradições que demonstram a impossibilidade de que a comitiva fiscal-policial haja caído desprevinida em uma emboscada”.

PLANO PREPARADO

É evidente que o plano havia sido preparado bem distante dali. O subcomissário Erven Lovera, encarregado dos efetivos do Grupo Especial Operativo (GEO) e irmão do tenente-coronel Alcides Lovera, chefe da guarda pessoal do presidente Lugo, foi um dos primeiros a morrer. Ele chegou a sobrevoar o local com um helicóptero da Polícia Nacional, constatando a presença de cerca de “50 a 70 ocupantes”. “Segundo as declarações *Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade*



Pressão das ruas: “É tempo de liberdade! Absolvição, já!”

dos policiais durante o julgamento, os chefes militares tinham pleno conhecimento da quantidade e da posição dos camponeses”.

“Estamos diante de uma ação inquisitória com a intenção de encerrar este capítulo criminalizando os camponeses por tudo o que aconteceu, sem investigar a ação policial ou da Promotoria”

Mais: todos os mortos foram alvejados por armas de grosso calibre, portadas somente por policiais.

PARCIALIDADE

“A parcialidade da investigação”, concluiu o documento, nos faz pensar que “estamos diante de uma ação inquisitória com a intenção de encerrar este capítulo criminalizando os camponeses por tudo o que aconteceu, sem investigar a ação po-

licial ou a atuação da Promotoria em relação às terras não registradas sob a titularidade de Blas Riquelme”.

PAI OLIVA REITERA A INOCÊNCIA DOS CAMPONESES DE CURUGUATY

“Vítimas são presos políticos”, afirma o líder religioso, referência da luta por justiça no campo e na cidade

O jesuíta e jornalista espanhol Francisco Oliva, conhecido no Paraguai como Pai Oliva - pela denominação dos sacerdotes em guarani - completou 89 anos no dia 14 de outubro de 2017, com uma enfática defesa da inocência dos camponeses de Curuguaty. Principal referência religiosa do país vizinho, Oliva sublinha que “as vítimas são presos políticos de um sistema que busca uma condenação exemplar para os que lutam”, mantendo uma estrutura fundiária altamente excludente.

“Por trás de Curuguaty, há mais do que pensamos”, ressaltou Pai Oliva, pois a Promotoria que substituiu Jalil Rachid - vinculado à quadrilha de Stroessner - expressou claramente a necessidade de “penas duras” para que os camponeses não ocupassem mais terras públicas. Afinal, elas já haviam sido doadas pela ditadura a fazendeiros, que sustentam os juízes e determinam suas sentenças.

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade



Solidaridad PY

Pai Oliva, pela denominação dos sacerdotes em guarani, do alto de seus 89 anos

“Se deu a Curuguaty uma grande importância”, assinou, “para que os camponeses ficassem calados”. “Isso é muito forte, porque o julgamento, a apelação e tudo o que veio depois foi orientado para isso. Porque, obviamente, não foram escopetas

“Obviamente, não foram escopetas para caçar coelhos que mataram os policiais, mas fuzis. Mais do que uma causa jurídica, esta é uma farsa jurídica”

para caçar coelhos que mataram os policiais, mas fuzis. Mais do que uma causa jurídica, é uma farsa jurídica para dar força política a uma só ideia: frear os camponeses em sua busca por terra, justiça e liberdade”, frisou.

Nascido em Sevilla, o sacerdote avalia que “voltou a nascer” em 1964, quando chegou ao Paraguai, que “mudou meu pensamento político e social”.

Até então, disse, “tinha vivido na Espanha uma religião separada da realidade. Aqui me dei conta de que uma fé autêntica precisa estar comprometida com o seu entorno”. Por isso, fundou a rádio da Universidade Católica de Assunção, já que “os meios de comunicação têm um papel importantíssimo nos avanços sociais, porém seguem em mãos dos que não querem mudanças”.

PERSEGUIÇÃO

Por despertar a consciência crítica dos mais jovens, nos anos 60 a ditadura de Stroessner o deteve “um mês após ter obtido a nacionalidade paraguaia”, acusado de ser “o Lenin dos camponeses”. Seis policiais o levaram preso em uma canoa que cruzou o rio Paraguai até o lado argentino, onde as autoridades agiram rápido, o salvando de ser “mais um desaparecido”. Dali

foi para Buenos Aires. Na capital, trabalhou nove anos dando atenção aos refugiados. Perseguido na Argentina pela ditadura imposta em 1976 por uma Junta



Com o autor, durante ato em Assunção

Militar, acusado de ser um enlace com os soviéticos, conseguiu deixar o país. Viveu na Nicarágua por sete anos, aprendendo e contribuindo com a revolução sandinista, que derrotou a sanguinária ditadura do clã dos Somoza (1934-1979) e a vergonhosa subserviência ao imperialismo ianque. Anastácio Somoza Debayle, aliado fiel dos EUA na América Central e amigo pessoal de Stroessner, veio a ser justificado com um tiro de bazuca, no dia 17 de dezembro de 1980, enquanto trafegava pelas ruas de Assunção.

EXÍLIO

Em 1996, após 27 anos de exílio da pátria guarani, Pai Oliva pratica o sacerdócio em várias capelas da região dos banhados de Assunção, a periferia abandonada, onde mantém uma escola de formação secundária, uma rádio comunitária que não cessa de denunciar a injustiça e pedir a liberdade dos presos de Curuguaty, um restaurante para deficientes físicos, tendo ainda fundado uma cooperativa para mães solteiras.

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

GRAVAÇÕES COMPROVAM USO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR PARA ROUBAR

Carmelo Caballero foi peça-chave para encobrir os verdadeiros autores dos crimes de Curuguaty

Escandaloso tráfico de influências, acertos extrajudiciais e manipulação da Justiça em favor de interesses políticos e econômicos de grupos privados sintonizados com o presidente Horacio Cartes. Estes são alguns dos crimes praticados contra o interesse da nação guarani, comprovados por recentes gravações que ecoam a servidão e a completa falta de caráter do ex-ministro do Interior golpista, advogado Carmelo Caballero.

Numa das muitas “causas” grotescas em que Caballero se viu envolvido, ele entrou em campo, com o apoio do senador colorado Óscar González Daher, secretário do Júri de Julgamento de

**Áudios revelam
escandaloso tráfico
de influências,
acertos extrajudiciais
e manipulação da
Justiça em favor de
interesses políticos
e econômicos**



Caballero encabeçou em 2012 a lista ministerial do golpista Federico Franco, passando a ser sócio nas suas falcatruas

Magistrados (JEM) - órgão constitucional independente de outros poderes - e seu assessor Raúl Fernández Lippmann, para postergar indefinidamente um conflito com o reverendo Moon.

A ideia era sabotar qualquer definição da Justiça, embolsando rios de dinheiro com a chantagem, enquanto preservava os interesses da seita, acusada pela produção e uso de documentos públicos falsos, além de associação criminosa, armações por meio das quais o reverendo adquiriu uma propriedade de 480 mil hectares no Chaco paraguaio.

RELAÇÕES PROMÍSCUAS

Um dos áudios revela a intimidade de Caballero com González Daher, o próprio presidente da República e o empresário José Ortiz, gerente da Tabesa (companhia de tabaco do Grupo Cartes) e mão direita do atual mandatário. Em seu diálogo, Lippmann e Carmelo Caballero revelam a aberta ingerência de Cartes e Daher para incriminar, a qualquer custo, inocentes no caso dos protestos populares que levaram ao incêndio do Congresso em 31 de março (31-M).

Caballero, advogado de Ortiz, mão direita de Cartes, conta como ele e sua equipe, incluído o gerente, estão “trabalhando a milhão” em favor de Javier Díaz Verón para a Promotoria Geral do Estado. Na escuta, Caballero afirma que Ortiz disse: “queremos que todos (os opositores acusados pelos protestos) do Congresso estejam pre-

Gravação mostra a intimidade de Caballero com González Daher, o próprio presidente e seu braço direito, José Ortiz, gerente da companhia de tabaco de Cartes

sos” e Díaz Verón “está nos ajudando muitíssimo”. Na oportunidade, Lippmann também confessou a Caballero que José Ortiz pôs dinheiro para “comprar imputações” falsas contra os implicados no 31 de março.

“Todos eles deveriam estar processados. Quero escutar a defesa de uma conspiração de terrorismo de Estado. Que renúncia coisa nenhuma! Perda do mandato e denúncia penal contra todos os envolvidos. É isso o que corresponde”, defendeu a senadora Desiré Mazi.

O PEIXE MORRE PELA BOCA

“Finalmente temos a prova material do que todos os advogados sabíamos: do festival de roubo, prevaricação, de per-

“Finalmente temos a prova material do que todos os advogados sabíamos: do festival de roubo, prevaricação, de perseguição de gente inocente por dinheiro”

seguição de gente inocente por dinheiro”, declarou Guillermo Ferreiro, advogado dos camponeses de Curuguaty. Ele recordou que, como ministro, Caballero foi o principal responsável para encobrir a investigação sobre o ocorrido em Marina Kue, impossibilitando que fossem encontrados os responsáveis pelas mortes. Conforme o advogado, o processo ficou completamente viciado pela

contaminação da estrutura política, “sustentada por juízes e promotores, em comunhão com o poder judiciário e o silêncio do Colégio de Advogados e do JEM”.

Sobre o teor do que está gravado, Ferreiro lembra que tudo é suficientemente claro para que os camponeses já estivessem

livres. “Quando ocorreu o massacre e Fernando Lugo era ainda o presidente, Humberto Rubin entrevistou o comissário Roque Freitas, que era o chefe da divisão aérea e naval, chefe dos helicópteros, e lhe perguntou se o massacre estava gravado. O comissário faz uma pausa e diz que há muito material, que será entregue à Justiça”, ressaltou o advogado. E assim que Carmelo Caballero assume o Ministério do Interior, sublinhou, “não fez absolutamente nada” para facilitar a investigação dos fatos pelo Ministério Público.

“A Promotoria não havia pedido sequer esta gravação do helicóptero, a prova mãe. Nós, por escrito, dissemos ao promotor: peça isso, que é uma prova importante. O promotor informa que pediu e que tudo se perdeu. Então eu apresento uma solicitação ao Ministério Público, onde peço ao Ministério do Interior que faça uma perícia. Carmelo não fez nada para proteger essas provas. Pedi que se fizesse um resumo por escrito. Não moveu um dedo. Nem a Promotoria nem o Ministério do Interior quiseram nos entregar a evidência”, lembrou o advogado.

Guillermo Ferreiro enfatizou que durante o governo de Lugo se assegurou que havia uma gravação do massacre e que logo, ao assumir seu vice, o golpista Federico Franco, “lhes convinha uma certa história e, provavelmente, nessa gravação havia algo que punha em dúvida sua teoria”. “Então destruíram essas provas”, frisou.

Para o repórter investigativo e escritor Miguel H. López, *Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade*

“O comissário Roque Freitas era o chefe da divisão aérea e naval, chefe dos helicópteros, disse que havia muito material e que seria entregue à Justiça”

professor da Universidade de Assunção e Prêmio Nacional de Jornalismo, o caso das escutas telefônicas equivale a um “terremoto”. O fato, avalia, é que “abre todas as comportas de dúvidas sobre causas emblemáticas como o massacre de Curuguaty, juízo prostituído, negligente, ilegal e arbitrário, questionado até por organismos das Nações Unidas, e que teve 11 compatriotas condenados à prisão, sem provas”. Com base nas gravações e no tráfico de influência, assinala López, “os coletivos que acompanham os camponeses defendem a tese de que foi Caballero quem ordenou e, talvez, apagou a gravação tomada pela câmara frontal do helicóptero que sobrevoou antes, durante e depois o epicentro dos tiroteios, a repressão e as mortes”.

“Curuguaty é um juízo prostituído, negligente, ilegal e arbitrário, questionado até por organismos da ONU”

guaty, juízo prostituído, negligente, ilegal e arbitrário, questionado até por organismos das Nações Unidas, e que teve 11 compatriotas condenados à prisão, sem provas”. Com base nas gravações e no tráfico de influência, assinala López, “os coletivos que acompanham os camponeses defendem a tese de que foi Caballero quem ordenou e, talvez, apagou a gravação tomada pela câmara frontal do helicóptero que sobrevoou antes, durante e depois o epicentro dos tiroteios, a repressão e as mortes”.

Solidaridad PY



2018 começou com mais protestos em frente ao Tribunal

DEPUTADA PLEITEIA ANISTIA PARA PRESOS POLÍTICOS DE CURUGUATY

Deputada Rocio Casco: “camponeses são vítimas da corrupção e do tráfico de influência”

A deputada opositora Rocio Casco anunciou para o primeiro semestre de 2018 um projeto de lei de Anistia que garanta a imediata libertação dos presos políticos de Curuguaty, “vítimas da corrupção e do tráfico de influência que dirigiram uma condenação anunciada, num julgamento de hipóteses fantasiosas em que as verdadeiras provas desapareceram”.

Em entrevista à rádio Ñanduti, de Assunção, a parlamentar lembrou que “esta é a primeira vez que usamos o expediente da Anistia na era democrática, pois a direita sempre se utilizou deste tipo de expediente para libertar genocidas, perdoar suas torturas, desaparecimentos e assassinatos”.

Neste caso, ressaltou, é importante que a proposta parta da Câmara, que se utilizará da sua atribuição constitucional “para corrigir um erro do qual carrega muita responsabilidade”. Afi-

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade



Rocio: “julgamento sem provas e de hipóteses fantasiosas”

“Diferente da direita, que sempre se utilizou da Anistia para libertar genocidas e perdoar suas torturas, desaparecimentos e assassinatos, usaremos o expediente para libertar democratas”

nal, foi do Legislativo que saiu a ordem de “repressão” às famílias ali acampadas em 2012. “Foi o deputado Oscar Tuma, destacado pela deputada Olga Ferreira, quem pediu centenas de policiais para que se usasse de toda a força para desalojar as famílias. O Congresso ordenou a um ministro uma repressão brutal e selvagem. E ocorreu o massacre. Agora todos terão de assumir suas responsabilidades”, frisou.

Rocio Casco recordou que antes de Curuguaty “havia o rumor de que haveria um enfrentamento” em algum lugar para justificar um golpe de Estado. Assim, foram enviados centenas de policiais para a invasão.

“BARBARIDADES DITAS PARA INCRIMINAR”

“Foi o poder político quem condenou os camponeses, em contubérnio com o poder judicial. Uma anistia tácita foi feita

“A Procuradoria Geral tentou encobrir até as execuções extrajudiciais sabidamente ocorridas”

com os que ocultaram as provas, assim como com quem falsificou testemunho e foi acusar, dizer barbaridades para incriminar os inocentes”.

Condenando a completa tendenciosidade do Judiciário, que tentou encobrir até as execuções extrajudiciais sabidamente ocorridas em Curuguaty, a deputada lembrou que a Procuradoria Geral “respondeu somente a um requerimento, de todas as consultas que fizemos sobre o caso”. “Isso é uma falta grave, porque inclusive constitucionalmente estão obrigados a nos responder dentro de um prazo de 15 dias. E já se passaram dois anos e meio. Não podem dizer que não tiveram tempo ou pes-

soal. O pedido foi simplesmente negado. Não veio nada, nem mesmo uma resposta burocrática”, protestou a parlamentar.

Entre os inúmeros atropelos, recordou a deputada, “o Estado responsabilizou criminalmente a uma criança de 11 anos que havia sido vista correndo quando os policiais chegaram”. “Entre as hipóteses levantadas pelo Ministério, a criança estaria dando o sinal para que os camponeses iniciassem o enfrentamento. Imaginem o nível da atrocidade, o quanto foi gasto para imputar uma criança no processo”, ressaltou.

Rocio esclareceu que as versões dos acusadores se chocam totalmente com os fatos: “primeiro dizem que realizaram a autópsia dos corpos dos policiais e, logo depois, dizem que não foi feita porque ninguém pediu”. A autópsia determinaria o tipo de armamento com que foram assassinados e desmontaria a farsa, uma vez que os camponeses não dispunham de armas de grosso calibre, mas apenas para caçar animais de pequeno porte. “Tudo isso são argumentos para a nossa defesa da anistia”, explicou.

Segundo a deputada, “esta anistia, diferentemente daquela concedida por um presidente, não está baseada exclusivamente na pessoa, mas no desenvolvimento do processo, no contexto dos direitos sociais”. O fundamental, assinalou Rocio Casco, “é que a nossa proposta é constitucional, não é uma questão de ingerência, está baseada no princípio do equilíbrio e mútuo controle de poderes”.

“Entre os inúmeros atropelos, o Estado responsabilizou criminalmente uma criança de 11 anos, supostamente por ter dado o sinal para o início do enfrentamento”

SOME-SE À CAMPANHA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE

**Para que Curuguaty não se repita nunca mais.
Para que a justiça e a verdade prevaleçam**

No movimento internacional de solidariedade aos camponeses de Curuguaty, os debates em escolas, universidades, sindicatos e associações femininas e comunitárias, assim como o contato com lideranças populares e parlamentares, têm sido primordiais para informar, fortalecer consciências e dar musculatura à campanha.

Desde a luta contra a invasão do Vietnã à mobilização pelo fim do apartheid e a libertação de Nelson Mandela, na África do Sul, os exemplos comprovam que este é o caminho para derrotar a política do imperialismo e de seus satélites contra os nossos países e povos.

Somando ao lado do povo paraguaio, nossas manifestações cumprem papel decisivo, pois trazem à luz do dia fatos obscurecidos, ignorados ou completamente manipulados, como bem o demonstra a barbárie cometida pelo governo dos Estados Unidos contra o povo sírio. Neste exato momento, frente ao avanço das Forças Armadas da Síria para libertar o país dos terroristas, somos inundados por um festival de notícias e fotos falsas, atribuindo ao governo Assad o assassinato de civis. Felizmente, o desmentido dos fotógrafos responsáveis esclarece que são registros de crimes, mas de Israel contra os palestinos em Gaza e dos Estados Unidos contra os iraquianos.

Portanto, a solidariedade não é só a mais bela das palavras, como a que se faz mais urgentemente necessária neste momento de escuridão em que se encontram jogados companheiros cujo único crime foi o de lutar pela reforma agrária.

INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE PELA LIBERTAÇÃO

Nas andanças em solidariedade a Curuguaty, no Brasil e no exterior, tive a oportunidade de reencontrar na Bolívia o cantor uruguaio Daniel Viglietti, ícone dos movimentos populares contra as ditaduras que assolaram o continente e um dos símbolos musicais da integração latino-americana. Cantando em homenagem ao Che, ergueu a bandeira da solidariedade aos camponeses paraguaios, frisando que eram “presos políticos” e sublinhou a necessidade de ampliarmos a campanha pela sua libertação. Ao mesmo tempo convicto e generoso, se prontificou a continuar levantando sua voz até onde e quando pudesse alcançar. Infelizmente, seu generoso coração parou de bater e partiu antes que pudesse fazer mais, nos deixando sua crença que, cada vez e sempre, é preciso perseverar para *desalambrar*.



Na Bolívia, Leonardo e Monica Severo levantam com Daniel Viglietti a bandeira da solidariedade a Curuguaty durante as homenagens aos 50 anos da caída em combate do Che Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

Como questionou na canção: “Eu pergunto aos presentes, se não se puseram a pensar, que esta terra é nossa e não de quem tenha mais? Eu pergunto se na terra, nunca haverá pensado você, que se as mãos são nossas, é nosso o que nos deem?”.

Mas, infelizmente, apesar das mãos serem nossas, o fruto do nosso trabalho continua sendo apropriado por uma ínfima minoria, extremamente parasitária. E a desigualdade, mais do que profunda, só cresce.

É o que revela o recente relatório da Oxfam: de 2006 a 2015 a riqueza dos bilionários no mundo inflou fenomenais

42 bilionários possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial

13% ao ano, enquanto a renda dos trabalhadores se arrastou a uma taxa de apenas 2%. Trocando em miúdos isso significa que a desigualdade alcançou dimensão tão absurda que 42 bilionários (quarenta e dois!) possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial, de 3,7 bilhões de pessoas. E a situação se agravou ainda mais em 2017, com 82% da riqueza indo abarrotar os cofres do 1% mais aquinhado.

Diante de tamanha injustiça, como não poderia deixar de ser, há homens e mulheres que se insurgem contra a opulência e a opressão, que em tempos de globalização neoliberal vêm sempre mascarada e anestesiada com o pomposo nome de “reformas” e “ajustes”. Assaltos a direitos que são um escárnio, um retorno à servidão - e mesmo à escravidão -, materializados na extensão das jornadas, na aceleração do ritmo de trabalho, no arrocho salarial, na retirada de direitos, no vergonhoso corte de investimentos nas áreas sociais e no fim de aposentadorias.

Neste contexto, a solidariedade aos presos políticos de Cu-



No Paraguai, com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (Contac), Siderlei de Oliveira: total apoio à luta pela libertação dos camponeses

ruguaty não é apenas a luta em defesa de homens e mulheres que abrem caminho para si e para os seus, ela representa a defesa de legítimos representantes de nossos povos, de indivíduos que são como corações e pulmões coletivos, que dão mais valor e vigor, sol e Sul, à nossa caminhada.

Entre tantas frases e reflexões, encontrei nas palavras do herói da independência de Cuba e escritor José Martí, a mais precisa, direta e consequente expressão do que sinto em relação a estes amigos e companheiros. “No mundo é preciso haver certa quantidade de honra, como deve haver certa quantidade de luz. Quando há muitos homens sem honra, há sempre outros que têm em si a honra de muitos homens. Estes são os que se rebelam com uma força terrível contra os que roubam a liberdade dos povos, que é como roubar dos homens a sua honra. Nesses homens vão milhares de homens, vai um povo inteiro, vai a dignidade humana”.

Que estejamos à sua altura!

Curuguay, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade



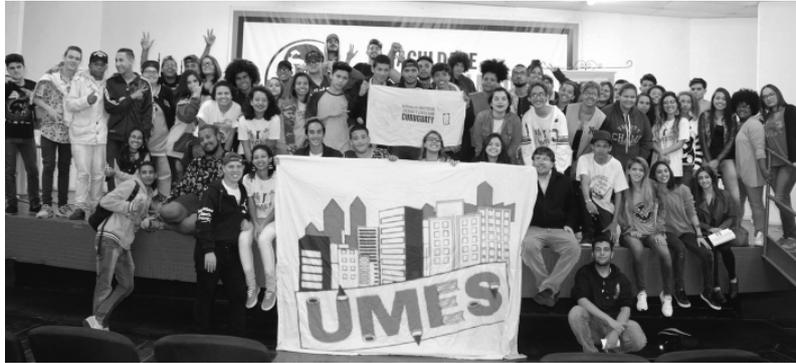
Argentina: Avós da Praça de Maio mobilizadas pela Absolvição, já!; ao lado de Nora Morales Cortiñas e lançamento do livro Curuguay, com apoio da CTA (Central de Trabajadores), junto ao amigo e companheiro Nicolás Honigesz



Contamuri



CTA



UMES

Com lideranças da União Municipal dos Estudantes de São Paulo e debatendo com o Grêmio do Caetano-Aclimação



Monica Severo



Camilla Severo

O apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticom)

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade



No 7º Congresso Nacional da Seguridade Social (CNTSS)



Somando com os urbanitários do Amapá e ao lado do senador Randolfe Rodrigues: ampliando apoios de Norte a Sul



Monica Severo

Em Minas Gerais, com o apoio do Sind-UTE e da CNE, palestrando para educadores de todo o continente



Monica Severo

Em Foz do Iguaçu, no Paraná, dialogando com estudantes e professores da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)



Luciano Severo

Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade

CGTP



Com dirigentes sindicais do Peru, em Lima, fortalecendo a frente pela libertação dos camponeses de Curuguaty

Ana Bella Vera



Em Assunção, debatendo a construção da campanha de solidariedade com Pai Oliva e Guido Rodriguez Alcalá



Guillermina Kanonnikoff, liderança do movimento de solidariedade, ao lado do popular cantor Ricardo Flecha: voz firme sempre presente em repúdio à farsa processual



Caminhada em Assunção leva apoio até o presídio de Tacumbú: juventude soma forças à luta pela libertação



Observadores Internacionais e o deputado Ricardo Canese, representante paraguaio no Parlamento do Mercosul (Parlasul), denunciaram a parcialidade do julgamento. Fórum Social Mundial: pela libertação, já!





Alma e a mãe, Carina Godoy, filha e esposa de Arnaldo Quintana, condenado a 18 anos

Campo, pampa e querência

Campo, ventre que gera meu canto
Universo dos meus versos,
sementeira onde me planto;
Solo fértil, colo quente,
És o seio onde semeio
os anseios de meu canto.

Pampa, razão, raiz de meus rumos
Destino de tantas vidas,
hino à esperança que canto...
Meu verso vem de tua gente
Voz dos campos que nas mentes
vinga as sementes que planto.

Campo dos que colhem sem plantar,
dos que plantam sem colher
Ah, pudesses tu escolher de quem ser
e a quem se dar;
Pampa faz da voz dos que te cantam
campo livre onde se lança
As sementes da esperança
do suor dos que te plantam.

Querência, terra da gente,
essência de gente e terra
Que lições de vida encerras,
terra humilde e tão capaz
E pensar que ainda há gente
que em teu nome faz a guerra
Sem saber que gente e terra
são sinônimos de paz!

Sílvio Genro

Curuguaty



Luis Paredos Luciano Ortega Fermín Paredos Adolfo Castro Dellín Duarte Francisco Ayala

JUSTICIA para todos



Oswaldo Sánchez Dertis Ramón Benítez Sosa Jorge Altirio Rojas
Ferreira Wilson David
Cantero González Ever Lovera



Avelino Esquivola,
Pino Ricardo Frutos
Lara Andrés Riveros Arnaldo Ruiz
Díaz Vidal Vega De los Santos
Aguero

Libertad

a las presas y presos políticos

Articulación Curuguaty

Movimento exige justiça para todas as vítimas

SOBRE O AUTOR

Leonardo Wexell Severo é gaúcho de Rosário do Sul, colorado e corintiano. Redator-especial do jornal Hora do Povo, colaborador da Revista Diálogos do Sul e da Agência Latino-Americana de Informação (Alai). Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria-RS, cursou Política e Economia na Escola Júlio Antonio Mella, em Havana-Cuba, sendo pós-graduado em Política Internacional pela Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo. Participou de cursos de extensão na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro. Presidiu o Diretório Central dos Estudantes das FMU-FIAM-FAAM, sendo expulso pela direção do conglomerado após liderar manifestações vitoriosas contra o aumento das mensalidades. Foi membro da executiva da União Nacional dos Estudantes (UNE) na gestão que comandou as mobilizações pelo impeachment de Fernando Collor. Integrou brigadas internacionais para a colheita do café na Nicarágua Sandinista e de solidariedade à Cuba Socialista. Representou o Brasil na delegação em apoio ao povo palestino, durante a segunda intifada, quando entrevistou o presidente Yasser Arafat, tendo contribuído com artigo no livro “O Apartheid de Israel”, de Nathaniel Braia. Acompanhando o processo revolucionário venezuelano, representou o Canal Comunitário de São Paulo



Em Tacumbú com Ruben, Arnaldo, Luis, Néstor, familiares e amigos

no momento da implantação da Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão naquele país. Membro da delegação brasileira, participou da cobertura dos Fóruns Sociais Mundiais e Regionais (Caracas, Nairóbi, Recife, Belém, Assunção, Dakar, Túnis e Porto Alegre) e dos congressos da Confederação Sindical das Américas (Panamá) e da Confederação Sindical Internacional (Berlim). Participou com o coletivo ComunicaSul de comunicação colaborativa dos processos eleitorais da Venezuela (Hugo Chávez e Nicolás Maduro), Bolívia (Evo Morales) e Equador (Rafael Correa), estando presente ao lado das lutas do movimento sindical na Argentina, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá, Peru, Guatemala, Honduras e Uruguai, escrevendo artigos e contribuindo na produção de vídeos. É autor dos livros “Bolívia nas ruas e urnas contra o imperialismo” (Editora Limiar, 2008), “Latifúndio Midiota - Crimes, crises e trapças” (Editora Papiro, 2012), “A CIA contra a Guatemala - Movimentos sociais, mídia e desinformação” (Editora Papiro, 2015) e “Curuguay, carnificina para um golpe - O povo paraguaio em luta pela democracia e a soberania” (Editora Papiro, 2016). É editor, em parceria com Valdo Albuquerque, do livro “A Regulamentação do Artigo 192: Desenvolvimento e Cidadania” (Editora Papiro, 2010), publicado conjuntamente pelo Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central) e pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Assessorou as Secretarias de Comunicação e de Relações Internacionais da CUT por 13 anos. Observador Internacional do caso Curuguay, cadastrado junto ao Tribunal de Sentenças, em Assunção, acompanha o processo judicial e as lutas dos movimentos sociais paraguaios desde 2012, tendo publicado dezenas de artigos e reportagens sobre o tema no Brasil e no exterior.



Conheça mais da história e se some à Campanha de Solidariedade Internacional. Acesse no YouTube:
Desconstruindo Curuguaty



Como se gritasse para a história, antecipando-se ao que ocorreria nas terras paraguaias de Curuguaty, o jornalista Rodolfo Walsh alertou que "para os jornais, para a polícia, para os juizes, estas pessoas não têm história, têm prontuário". Este livro-reportagem mostra como e por que camponeses inocentes, cujo único crime foi lutar pela reforma agrária, estão encarcerados desde 15 de junho de 2012, condenados a até 35 anos de prisão. Vítimas de um sangrento confronto armado por franco-atiradores com as digitais dos Estados Unidos, os sem-terra serviram de justificativa para o golpe jurídico-midiático-parlamentar contra o presidente Fernando Lugo. Asfixiados por poderes corrompidos, anseiam para que se faça justiça. Observador Internacional do caso no Tribunal de Sentenças de Assunção, Leonardo Wexell Severo faz da obra um verdadeiro libelo em defesa da imediata libertação de Néstor Castro, Rubén Villalba, Luis Olmedo e Arnaldo Quintana.

